



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**SENTIDOS SOBRE O PROCESSO DE SAÍDA DE ADOLESCENTES DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

MANAUS

2011

LUCIANA ALENCAR PEIXOTO

**SENTIDOS SOBRE O PROCESSO DE SAÍDA DE ADOLESCENTES DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Psicologia na linha de pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

MANAUS

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

PEIXOTO, Luciana Alencar.

Sentidos sobre o processo de saída de adolescentes de uma instituição de acolhimento. Manaus, UFAM, 2011. 90p.

Dissertação, apresentada à Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Cláudia Regina Brandão Sampaio F. da Costa

1. Adolescentes 2. Abrigos 3. Transição Ecológica 4. Instituição de Acolhimento.

LUCIANA ALENCAR PEIXOTO

**SENTIDOS SOBRE O PROCESSO DE SAÍDA DE ADOLESCENTES DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Psicologia na linha de pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Amazonas.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio F. da Costa – UFAM (Presidente)

Profa. Dra. Patrícia Sanchez Lizardi – UEA (Membro)

Profa. Dra. Maria Alice D'Avilla Becker – UFAM (Membro)

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva – UFAM (Suplente)

Conceito: _____

Manaus, 19 de Setembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Nesse momento não há como não lembrar e reviver todas as emoções e sentimentos que compartilhei com várias pessoas que me acompanharam nesta trajetória. Momentos dialéticos de encontros e desencontros, de ação e estagnação, de descontração e contração. Enfim momentos que proporcionaram, a mim principalmente, a construção de novos sentidos sobre o processo de desenvolvimento e construção do saber.

Agradeço primeiramente a minha querida orientadora Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa por estar comigo nesta maravilhosa caminhada e por todos os direcionamentos durante esta convivência. Mais do que fazer pesquisa, ela me ensinou sobre o valor do ser humano, com sua atuação profissional, em diferentes espaços, sempre muito sensível e positiva. Com ela foi possível trilhar estes caminhos com mais leveza e serenidade, sem cobranças e rigidez.

Aos adolescentes que participaram, de forma direta ou indireta, desta pesquisa que me mostraram com tamanha intensidade a capacidade de resiliência. Com eles aprendi que a dor também pode ser um importante combustível para o crescimento. Ensinar-me que é possível crescer, florescer e sonhar, mesmo diante das adversidades e dos sofrimentos da vida.

Aos meu pais, Ruth Maria Alencar Peixoto e Luiz Mário de Oliveira Peixoto que sempre promoveram, incentivaram e acreditaram no meu crescimento pessoal e profissional.

Ao Rodrigo, meu companheiro de todas as horas que com enorme paciência e bom humor, acompanhou minhas lágrimas e alegrias durante todo o processo de “nascimento” da pesquisa. E principalmente, encorajando-me nas horas de desânimo e cansaço, nos momentos finais.

Ao meu filhote querido Leonardo, obrigada por compreender os períodos de ausência e me motivar a ficar cada vez mais atenta às questões que se referem aos direitos de crianças e adolescentes.

Ao grande “pai” Osório e à grande “mãe” Cynthia. Dedico a eles meus mais profundos sentimentos de admiração pela força, perseverança, disposição e carinho dedicados aos adolescentes.

À minha companheira de mestrado Eliana Girão com a qual tive o prazer de estreitar laços ao longo destes dois anos *e meio* de convivência. Obrigada pelo longos papos e pelo apoio e nos momentos de dificuldade e angústias.

A Adriana Guimarães, por todo o incentivo e contribuições que motivaram esta empreitada.

A todos os *labinianos* que tive o prazer de conhecer ou reencontrar, em especial Herbert, Ênio e Taysa, pelas orientações, contribuições e lembretes acerca do funcionamento, prazos e deveres institucionais.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pelos investimentos disponibilizados à esta pesquisa.

E finalmente, mas não menos importante, a todos os colaboradores, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, que contribuíram para a minha formação durante o mestrado e mostraram, cada um à sua maneira, os caminhos para a produção do conhecimento.

RESUMO

Partindo de diálogos estabelecidos entre a perspectiva Bioecológica do desenvolvimento e a psicologia Sócio-Histórica, o presente estudo objetivou compreender os múltiplos sentidos atribuídos ao processo de transição ecológica que corresponde ao desligamento de adolescentes que vivenciaram situação de abrigo. Articulando esta questão às perspectivas de futuro destes adolescentes, propôs-se dar visibilidade às falas de jovens no momento em que vivenciavam esse processo, bem como dos profissionais que com eles atuam. Optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa em uma instituição de acolhimento da cidade de Manaus. Tendo como referência a teoria de Urie Bronfenbrenner ancorando o método de Inserção Ecológica, foram realizadas entrevistas semi estruturadas com cinco sujeitos, dentre eles adolescentes e membros do corpo técnico da referida instituição, além da observação participante. Através do método de organização de dados por Núcleos de Significação, foram obtidos os seguintes resultados: o processo de saída abriga sentidos contraditórios sendo visto tanto positiva como negativamente. Contudo há predomínio dos sentidos negativos, sugerindo a ausência de efetividade das ações que deveriam ser favorecidas pela instituição na promoção de projetos de vida aos jovens. As falas revelam que a instituição não favorece a transição ecológica provendo os adolescentes de recursos para o enfrentamento de situações adversas, ainda que algumas experiências positivas possam ser relatadas. Conclui-se que as práticas institucionais necessitam ser reformuladas favorecendo uma maior interligação entre os sistemas ecológicos que devem integrar o desenvolvimento destes jovens.

Palavras-chave: Adolescentes, Abrigos, Transição Ecológica, Instituição de Acolhimento.

ABSTRACT

From the dialogue established between the bio-ecological perspective of development and the Socio-Historical Psychology, the main purpose of this study is to understand the multiple meanings assigned to the process of ecological transition that corresponds to the quitting of the adolescents who have experienced living in shelters. Linking this issue to the future prospects of these adolescents, it was proposed to listen to the speech of this youth who experienced this process as well as to the professionals who worked with them. We chose to carry out a qualitative research in a host institution of the city of Manaus. With reference to the theory of Urie Bronfenbrenner method of anchoring the Ecological Integration, semi-structured interviews were conducted with five subjects, including adolescents and members of staff of that institution, as well as participant observation. Through the method of organizing data for Meaning Core, we obtained the following results: the process of leaving the shelter contradictory meanings being viewed both positively and negatively. However there is a predominance of negative meanings, suggesting the lack of effectiveness of the actions that should be favored by the institution in the promotion of life projects for young people. The reports revealed that the institution does not promote the ecological transition by providing resources for adolescents coping with adverse situations, although some positive experiences can be reported. We conclude that institutional practices need to be reformulated achieving greater interconnection between the ecological systems that must integrate the development of these young people.

Keywords: Adolescents, Shelter, Ecological Transition, Host Institution.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 Institucionalização: Contextualização histórica do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil.	16
2.2 Transformações após o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	20
2.3 O olhar da teoria Bioecológica sobre o fenômeno do acolhimento institucional.....	23
2.4 O desenvolvimento de adolescentes diante de fatores de risco e proteção do abrigo.....	27
2.5 Sujeito sócio-histórico como produtor de sentidos.....	31
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	34
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	34
3.2 Procedimentos para Realização do Trabalho de Campo.....	36
3.3 Local da Pesquisa.....	37
3.4 Participantes.....	40
3.5 Instrumentos.....	41
3.6 Método de Análise dos Dados.....	43
3.7 Cuidados Éticos.....	46
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	48
4.1 A História dos Adolescentes.....	48
4.1.1 Sami – o que tem “olhar inquieto”	50
4.1.2 Piatã – o forte.....	58
4.2 Sentidos produzidos sobre a saída do abrigo.....	63
4.2.1 Saída do abrigo como oportunidade de crescimento.....	63
4.2.2 Saída do abrigo é sofrimento.....	65
4.3 Expectativas de futuro de adolescentes após saída do abrigo.....	71
4.4 De dentro pra fora/de fora pra dentro: relação entre micro e mesosistemas.....	74
CONCLUSÕES.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
 ANEXOS	
Anexo I – Roteiro de Observação.....	82
Anexo II – Roteiro de Entrevista com Adolescente.....	83
Anexo III – Roteiro de Entrevista com Membros da Equipe Técnica.....	84
Anexo IV – Roteiro de Entrevista com Gestor da Instituição.....	85
Anexo V – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	86
Anexo VI - Autorização do CEP.....	88
Anexo VII – Quadro com perfil dos adolescentes que se encontravam na instituição durante a pesquisa.....	89

INTRODUÇÃO

Em diferentes épocas e contextos culturais, as sociedades se depararam com o desafio de pensar formas alternativas de cuidado às crianças e adolescentes cujos pais biológicos, por razões diversas, não puderam cumprir com atribuições especificamente relacionadas ao cuidado parental, como o sustento, a criação e a educação dos filhos.

Conflitos e vulnerabilidades familiares são situações que ocorrem no mundo inteiro e, via de regra, possuem relação estreita com a situação de abrigamento de crianças e adolescentes. O encaminhamento, acolhimento e cuidado de crianças em ambiente institucional são práticas sociais ainda presentes nos dias atuais, como evidencia Weber & Kossobudski (1996), especialmente nos países em desenvolvimento, onde alternativas de cuidado infantil como a colocação em instituições residenciais, por vezes estão em dissonância com a realidade econômica, política e cultural de alguns desses países.

A institucionalização de crianças e adolescentes como estratégia de cuidado e atendimento a essa população, mostra-se enraizada na cultura brasileira (FREITAS, 1997; LEITE, 1997; SILVA, 2004; RIZZINI & RIZZINI, 2004). A literatura nos mostra que instituições para crianças e adolescentes estão presentes há muito tempo em nosso país, desde a roda dos expostos¹, ainda no período colonial, passando pelos internatos, formatados nos moldes das instituições totais, até os abrigos de proteção mais atuais.

Em 1990, a legislação brasileira abandona o Código do Menor, que tinha como foco o menor em situação irregular, ‘delinqüente’, ‘de rua’, desvalido e de grande risco à ordem social. É promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), colocando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e a sociedade que não os atende como irregular no cumprimento de suas atribuições. Com isso, o abrigo passa a ser uma medida excepcional, cuja responsabilidade é a de cuidar e zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que, por razões também excepcionais, precisam viver, temporariamente, afastados da convivência com suas famílias.

A despeito de constituir um dispositivo de proteção, a institucionalização não é considerada a melhor alternativa para estas crianças e adolescentes, razão pela qual a permanência nestes contextos deverá ser a mínima possível. No Brasil, estudo realizado pelo IPEA (2004) apresenta como justificativa para a longa permanência de crianças e

¹ O nome roda – dado à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se colocava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou numa janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança, girava a roda e tocava uma sineta para avisar que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se do local, sem ser identificado. A origem desses cilindros rotatórios vinha dos mosteiros e conventos medievais, usados para evitar o contato dos religiosos com o mundo exterior (Marcílio, 1998).

adolescentes em instituições abertas ou fechadas (abrigos, orfanatos, internatos, hospitais e unidades psiquiátricas), a separação involuntária dos pais ou a exposição à violência, ao abuso e à exploração, dentro e fora do lar.

Dentre os autores que corroboram a idéia de que abrigos e instituições de longa permanência são inadequados ao desenvolvimento, Carvalho (2002) aponta como dificuldades o fato de que estas instituições tendem a oferecer atendimento padronizado aos seus usuários, apresentam alto índice de criança por cuidador, falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo.

Apesar dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo, outros estudos que consideram a diversidade através das quais podem se construir os contextos de desenvolvimento, apontam algumas oportunidades oferecidas pelo atendimento em abrigos, salientando que, em casos de situações ainda mais adversas na família ou redes sociais fragilizadas, a instituição pode promover experiências positivas ao desenvolvimento (DELL'AGLIO, 2000; NEIVA-SILVA & KOLLER, 2002).

Ainda que o abrigamento possa promover vivências positivas, este deve sempre ser visto como um momento, um período, uma condição temporária na vida da criança ou adolescente e não uma condição permanente. Sua concepção é de provisoriedade, ainda que o longo tempo vivido por muitos nas instituições faça com que este assuma um caráter para além da transitoriedade, sobretudo no nível de registros socioemocionais.

A separação de crianças e/ou adolescentes do meio onde vivem por terem sido expostas a algum risco, vivenciado violência doméstica e/ou negligência, é bastante complexa, não sendo passível reduzir suas explicações a relações diretas de causa e efeito. Não há, portanto, abrigamento em decorrência de apenas um ou outro fator como pode se levar a crer em uma leitura simplista ou de senso comum. O que se pensa ser o motivo que culminou com o abrigamento é também produto de outros fatores. Estes relacionam-se às causas conjunturais e estruturais que vão além da família, envolvendo a cadeia de relações que se estrutura em torno dela contribuindo para construção da subjetividade do sujeito (GONÇALVES, 2005).

Neste aspecto, ao considerar a extensão deste fenômeno segundo a relação entre os vários sistemas nos quais indivíduos e sociedade se organizam, a teoria bioecológica articulada a pressupostos sócio-históricos, apresenta possibilidades de apreendê-lo considerando a multiplicidade de fatores que o envolvem, tais como aspectos econômicos, configurações familiares, condições subjetivas, rede de apoio.

Em se tratando das construções histórico-sociais em torno da criança e do adolescente, mesmo entre aquelas abrigadas, há diferenças a considerar acerca dos processos

psicológicos que envolvem a cada um especificamente, segundo a complexidade do processo no qual seu desenvolvimento ocorre.

Centrando o foco na questão da adolescência, destaca-se o fato de que, do ponto de vista legal e assistencial, ao completar 18 anos de idade, este que até então era alvo da proteção especial segundo o ECA (BRASIL,1990), torna-se um adulto do ponto de vista legal, para quem o princípio da proteção integral torna-se sem efeito. A partir daí, são reconstruídos seus significados de pessoa sob outros referenciais, o que torna relevante voltar-se para compreender aspectos envolvidos no processo da institucionalização de adolescentes e os sentidos acerca de sua saída do abrigo, abarcando expectativas de futuro, vulnerabilidades e possibilidades.

Os abrigos destinados a adolescentes visam, sobretudo após o ECA, oportunizar o desenvolvimento num contexto diferente de suporte, provendo cuidado, proteção e assegurando os direitos integrais destes sujeitos. Para isto, é necessário viabilizar acesso a educação formal, capacitação profissional, cultura, esporte e lazer, além de promover relações afetivas mais estáveis, positivas e recíprocas, possibilitando processos relacionais saudáveis em um ambiente em favor da pessoa em desenvolvimento. Contudo, tem-se observado alguns problemas relativos à implementação destes serviços, como a fragilidade dos vínculos afetivos construídos nesse contexto; pouca comunicação com instituições similares; quadros profissionais com voluntários não qualificados; prevalecimento da postura assistencialista; falta de apoio às famílias; dificuldade de inseri-las nas propostas de trabalho, principalmente no que se refere à autonomia e à capacidade de exercício da responsabilidade familiar, o que seria de extrema importância para a garantia dos direitos destes adolescentes.

No que se refere às expectativas de futuro, além da estigmatização comum aos jovens egressos de abrigos, a maioria das instituições mostra-se como sistema alheio ao desenvolvimento psicológico saudável no qual transparece um pessimismo e descompromisso com a transformação da realidade de seus usuários, seja por parte dos técnicos e funcionários (microsistema) ou de outros segmentos da sociedade (exossistema). O predomínio de tais posturas minimiza as possibilidades concretas do jovem se inserir em contextos mais favoráveis à sua participação social plena após sua desvinculação com a instituição de proteção, pois, os diferentes olhares sobre o sujeito impactam no modo como este se percebe e na construção objetiva de trajetórias a empreender.

Assim como o processo de abrigamento constitui um fenômeno complexo, a transição de um ambiente ecológico para outro, a saber, a saída do abrigo, é dotada de configuração igualmente complexa. As práticas sociais, condições econômicas, de saúde e

de segurança vigentes nos contextos os quais o adolescente esteve inserido compõem os sentidos que este atribui a si e às suas possibilidades. Deste modo, o desenvolvimento de pesquisas no contexto de instituições dessa natureza, torna-se fundamental para compreender como ocorre o processo de saída do adolescente, face a outro futuro possível.

Um aspecto marcante desta concepção, é a importância da maneira como o ambiente é percebido pelo indivíduo em desenvolvimento, e não como ele existe na realidade objetiva. Bronfenbrenner (1996), pressupõe que toda experiência individual se dá no ambiente ecológico, e conforme os aspectos do meio ambiente e das relações proximais nele estabelecidas, o significado para a pessoa de uma dada situação terá mais ou menos importância no curso do crescimento psicológico. Assim, apreender a perspectiva do adolescente e dos sujeitos mais implicados com o seu momento atual, oportuniza adentrar nas relações complexas que as diversas narrativas podem apresentar, as quais compõem um quadro significativo para a trajetória a qual o jovem dará continuidade.

A história de vida de adolescentes que se encontram ou passaram por abrigos revela a fragilidade dos recursos sociais e afetivos desenvolvidos pelos mesmos, ainda quando tenham sido alvo de medidas protetivas. Não raro, adolescentes com quadros notórios de vulnerabilidade (drogadição, abandono escolar, gravidez precoce, cometimento de ato infracional, etc.), estiveram vinculados a algum tipo de serviço da rede de proteção. Todavia, estes parecem não ter produzido efeito suficientemente protetivo no sentido de possibilitar outras trajetórias. O acolhimento institucional – abrigamento - é um recurso preconizado pelo ECA como medida protetiva sempre que os direitos infanto-juvenis estão sob ameaça ou são violados (BRASIL, 1990). Embora o ECA conceba esta medida como provisória e aplicável apenas em casos excepcionais, muitas crianças e adolescentes permanecem anos abrigados, sem colocação em famílias substitutas ou retorno às famílias de origem. Este, último, quando ocorre, não necessariamente corresponde a um aspecto positivo na vida dos mesmos.

A problemática da institucionalização na infância e na adolescência, por estar presente em especial vinculada a condições sócio-econômicas desfavoráveis, representa uma dimensão relevante de estudo na atualidade. O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 instituições pesquisadas no Brasil, sendo na sua maioria meninos entre as idades de 7 e 15 anos, negros e pobres (SILVA, 2004). Os dados mostraram ainda que os efeitos de um período de institucionalização prolongado interferem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta. Dentre as crianças e adolescentes abrigados, 87% possuem família, sendo que 58% mantêm vínculo com seus familiares. No entanto, foi também

constatado que o tempo de duração da institucionalização pode variar por um período de até mais de 10 anos (SILVA, 2004).

Conforme Arola (2000), o desenvolvimento se produz sempre em contextos determinados (lar, escola, igreja, bairro etc.), que, às vezes, mas nem sempre, podem favorecê-lo. Contextos que se interrelacionam e se sobrepõem, mas não se excluem. A integração se produz ao longo de toda a vida e tem como eixo fundamental a estabilidade necessária para abarcar novos domínios do desenvolvimento sócio-emocional: a permanência de figuras significativas estáveis. As relações afetivas mais profundas e a implicação dos adultos nesta relação assimétrica são condição *sine qua non* para a integração individual e social.

Considerando que as medidas de proteção devem promover vivências e atendimento de demandas que auxilie crianças e adolescentes ao enfrentamento de sua condição de vulnerabilidade, entende-se que as ações ali desenvolvidas pelas instituições de acolhimento devem, necessariamente, produzir efeito protetivo. Dentre estes efeitos, espera-se a ampliação dos recursos sociais e afetivos e o desenvolvimento de habilidades que auxiliem a construção de trajetórias mais saudáveis, retorno à família de origem ou inclusão em família substituta, em conformidade não apenas com o que preconiza o ECA (art. 7º.), mas com as demandas próprias do ser humano.

A perspectiva sócio-histórica afirma que a dimensão subjetiva é uma configuração dos sujeitos a partir de suas experiências no mundo social, a dimensão dos registros simbólicos e emocionais construídos no decorrer de suas vivências por meio da linguagem (BOCK & GONÇALVES, 2005). O sujeito – histórico, ativo e social -, constrói o sentido subjetivo para a experiência vivida na relação com os outros. Os sentidos produzidos pelos sujeitos são únicos, mas têm sua fonte no mundo dos significados partilhados, nos mundos cultural e social. A experiência de viver em uma instituição de acolhimento e desvincular-se dela é atravessada pelos sentidos que o momento ou processo de saída comportam para os jovens e para aqueles que com eles atuam, abarcando as impressões que se tem desse ambiente e dos demais contextos implicados.

Entendendo que os sentidos integram a dimensão subjetiva das vivências humanas e que a saída da instituição constitui uma vivência dotada de complexidade pelas mudanças que ela impõe, postulou-se o seguinte problema: quais são e como se relacionam os sentidos acerca do processo de saída de uma instituição de acolhimento para adolescentes na cidade de Manaus, segundo adolescentes e profissionais?

Diante do exposto, a presente proposta teve como objeto de estudo os sentidos construídos pelos atores sociais que constituem o cotidiano de uma instituição de

acolhimento para adolescentes na cidade de Manaus em torno desta temática.

Como objetivo principal, este trabalho visou, através do conhecimento do cotidiano de uma instituição de acolhimento para adolescentes de referência da cidade de Manaus, compreender como se relacionam os sentidos construídos sobre o processo de transição entre os contextos institucional e o meio aberto/familiar para adolescentes, a partir dos discursos destes e de profissionais da instituição.

Como objetivos intermediários buscou-se:

- Identificar quais os sentidos atribuídos ao processo de saída do adolescente da instituição de acolhimento;

- Compreender como as expectativas quanto ao futuro do adolescente estão relacionadas à construção dos sentidos deste processo de transição ecológica;

- Discutir as implicações do micro e mesossistema, na construção dos sentidos do processo de saída do adolescente da instituição de acolhimento.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: 1) introdução que ora se conclui apresentando problema, justificativa objeto e objetivos; 2) fundamentação teórica, na qual são abordados aspectos históricos da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil do império à contemporaneidade, transformações a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a concepção histórico-social de adolescência, aspectos da Teoria Bicológico sobre o acolhimento; 3) percurso metodológico; 4) Resultados e discussões e por fim, 5) conclusão e recomendações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Institucionalização: Contextualização histórica do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil

No Brasil, desde a colônia até a crise do império, no final do século XIX, a criança abandonada era tratada pelos termos "expostos" e "enjeitados". Esses termos correspondiam ao tipo de abandono mais comum para o período, ou seja, o de recém-nascidos, e se consubstanciavam nas práticas de enjeitar as crianças expondo-as em locais onde seriam, muito provavelmente, recolhidas (RIZZINI, 2004).

Os locais mais comuns eram as igrejas e conventos e, mais tarde, as "rodas dos expostos". Convém destacar que a Roda dos Expostos foi a primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no país e tinha a intenção de manter o sigilo do expositor, assim como o anonimato e o destino das crianças (MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 1999). A roda constituiu-se como uma das instituições brasileiras de maior duração, tendo sido criada no período colonial e sendo extinta apenas na década de 1950.

Segundo Trindade (1999), a responsabilidade desse atendimento não foi assumida diretamente pela Igreja nem pelo Estado. Estes estimularam de forma indireta as confrarias e irmandades, a chamada "igreja dos leigos", que assumira o assistencialismo geral aos pobres, doentes, leprosos, desvalidos e crianças abandonadas. Quanto ao Estado, limitava-se a incentivar a misericórdia, não só na forma das Santas Casas, mas em todas as formas assumidas pela caridade cristã, desempenhando um papel importante na problemática do abandono de recém-nascidos desde o início da era moderna.

De acordo com Oliveira *apud* Trindade (1999), as instituições criadas para acolher e assistir os abandonados se constituíam em agências para eliminação da infância indesejada. A mortalidade nestas instituições era apavorante dada a precária situação sanitária das instituições. Destacam-se entre as causas da mortalidade a carência qualitativa e quantitativa de alimentação; as condições familiares; as doenças, tanto agudas como crônicas, sobretudo as oftálmicas, gastroenterites, sífilis e infecções gerais. A maior parte dos óbitos ocorria antes de as crianças completarem um ano de idade. As condições de vida, durante o século XVIII, e depois, eram precárias tanto nos grandes como nos pequenos asilos.

Desde o século XIX estudos contemporâneos (WEBER 4 KOSSOBUDSKI, 1996; MARCÍLIO, 1998; RIZZINI & RIZZINI, 2004) reconheceram o

abandono como um novo problema social e então, em vários lugares, filantropos e reformadores sociais apontavam medidas concretas para "salvar esses inocentes da perdição". Surgiu também uma nova categoria de abandono: o de crianças com mães conhecidas, com as indicações de nome, sobrenome e domicílio das mesmas. Isto coincide com a entrada em vigor de uma nova regulamentação, que tentava impedir de várias formas o fluxo crescente de crianças abandonadas.

Assistir às crianças abandonadas era uma incumbência aceita com muita resistência pelas Câmaras. Desta forma, estas conseguiram fazer aprovar uma lei chamada "Lei dos Municípios", em 1828, em que abria a possibilidade de eximir algumas Câmaras dessa pesada obrigação. Assim, "em toda a cidade onde houvesse uma Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços para a instalação da Roda e assistência aos enjeitados que recebesse" (MARCÍLIO *apud* FREITAS, 1997), sendo que a parceria se daria com a Assembléia Legislativa Provincial. A autora enfatiza que, com isto, perdia-se o caráter de caridade da assistência, para inaugurar sua fase filantrópica, associando-se o público e o privado. Salienta-se que esta lei também foi feita para incentivar a iniciativa particular a assumir a tarefa de criar as crianças abandonadas, liberando as municipalidades deste serviço.

Neste momento, é possível identificar as primeiras alianças entre caridade e governo, onde a caridade toma a iniciativa e o governo entra com a verba para a manutenção dos estabelecimentos criados. Logo, é possível constatar que as alianças/parcerias entre Estado e sociedade civil são antigas e atravessam a história, onde a Igreja católica marca significativa presença. Entretanto, é no século XIX que a infância começa a ganhar visibilidade, sendo definida como objeto de ação e intervenção públicas em todo o Ocidente, uma vez que as preocupações relativas à preservação e à reserva de mão-de-obra começam a integrar o cenário social e político. Eram preocupações de origem européia, que foram trazidas com a vinda da Família Real, como os conceitos de trabalho como valor positivo e enobrecedor (SILVA, 2004).

Um outro aspecto que se associa ao período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX é a introdução das idéias higienistas e eugênicas² no país. Nesta época, embora o monopólio no atendimento a menores ainda fosse de entidades privadas, percebe-se o fomento da participação do Estado nesse campo. Cabe assinalar aqui o uso do termo 'menores', o qual remete a uma concepção de infância enquanto menoridade e

² Essas idéias não são equivalentes, mas complementares. A primeira, tendo como pressuposto a sanidade, o controle de doenças e epidemias, servindo quase que como padrão estético, como sinônimo de limpo, higidez. Já a segunda, caracterizando uma crença numa raça superior, numa humanidade racial, servindo de fator de inclusão ou exclusão social pela condição étnica/racial.

relacionada a questões de responsabilidade penal.

Neste sentido, percebe-se a preocupação com a gestão e a tutela dos chamados perigosos, instituindo-se a noção de periculosidade. Assim, de acordo com Foucault (1986), os indivíduos passam a ser considerados pela virtualidade de seus comportamentos e não por infrações efetivas. A partir desta noção, formam-se uma série de instituições nomeadas *instituições de seqüestro*, cuja finalidade é fixar os indivíduos a aparelhos de normatização, buscando enquadrá-los e controlá-los ao nível de suas virtualidades. Tais formas de organização e controle da sociedade são características do que Foucault convencionou chamar de “sociedade disciplinar”, tendo como um dos pilares a *vigilância*.

Com base na lógica de proteção estatal e sua preocupação com a formação de delinquentes, surge no Brasil em 1927 a primeira lei específica para crianças e jovens - o Código de Menores - o qual fazia parte de um projeto de higienização dos espaços públicos, tendo em vista a disciplinarização do trabalho como resultado das mudanças econômicas e políticas da época. Era destinado aos menores de 18 anos classificados como em *situação irregular*³. Este código delegava aos estados a responsabilidade pela execução do atendimento de crianças e adolescentes, caracterizando-se por uma intervenção ativa dos mesmos no controle da população carente.

A infância tornou-se então objeto dos juristas, sendo incorporado neste período o termo ‘menor’ ao vocabulário corrente. Para Rizzini e Pilotti (1995), não houve nenhum tipo de problematização no que se refere à categoria ‘menor’, e conforme Cruz (2006), neste período encontrávamos um discurso que oscilava em defender ora a criança, ora a sociedade contra essa criança, o que significava pensar, de um lado a infância pobre, abandonada e desassistida e, de outro lado a infância perigosa, marginal e delinqüente.

Foi através do Código de Menores que o Estado, reorganizando a política que chamava de assistência e proteção, criou os estabelecimentos de internação com o intuito de “recuperar” e “reintegrar” os jovens ao meio social. Neste período, no ano de 1942, foram criados o Serviço de Assistência do Menor (SAM). Com uma estrutura que em muito se assemelhava ao sistema penitenciário, era um lugar onde "a disciplina e o trabalho eram os meios empregados para corrigir as condutas" (CRUZ, 2006).

O SAM começou a ser questionado, sendo acusado pela imprensa de possuir instalações inadequadas, péssimas condições de higiene, superlotação e exploração do trabalho, e ainda, de ser ineficaz no combate à criminalidade infanto-juvenil. Esta última

³ Duas categorias de crianças e adolescentes eram consideradas como em *situação irregular*: 1) delinqüentes, aqueles que haviam cometido algum ato infracional; e 2) abandonados, aqueles que eventualmente se encontravam sem moradia fixa ou cujos responsáveis legais tivessem condutas tidas como contrárias à moral ou aos bons costumes.

configurou-se como a principal crítica no sentido de impulsionar o Estado a pensar novos métodos, tendo em vista o fracasso do modelo punitivo-repressivo.

Em 1964, ano do Golpe Militar, o SAM foi extinto e surgiu a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que sofrendo forte influência do discurso médico-patologizante, priorizava o tratamento em detrimento da punição, evidenciando a produção da relação entre crime e doença. A ação corretiva naquele momento, fundamentada em métodos terapêutico-pedagógicos, passou a ser a incumbência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), seguindo a proposta de um modelo educativo e não-repressivo, oscilando entre o criminoso e a vítima.

A FUNABEM voltava-se para a utilização de políticas de prevenção capazes de evitar que o “menor” incorresse no processo que levaria à marginalização, à medida que a marginalidade representava um fator de risco para a ordem e paz social. Assim, através da FUNABEM, o infrator teria acesso a um modelo educativo não-repressivo. Acreditava-se que o tratamento “biopsicossocial” reverteria a “cultura da violência” que se propagava pelos subúrbios com os conflitos entre gangues e com isso contribuiria para acabar com a marginalidade, formando jovens responsáveis para a vida em sociedade (PASSETTI, 1999).

A partir do processo de abertura política, a PNBEM começou a sofrer severas críticas, sendo a FUNABEM identificada como uma *escola do crime*. Tornava-se visível a eficiência do Estado na produção de *menores abandonados, menores de rua, menores em situação de risco*, mediante políticas/práticas de exclusão social. Para modificar essa imagem, o discurso *terapêutico* começou a ser substituído pelo da *prevenção*.

Em 1979 configurou-se o segundo documento legal que veio para regulamentar a política para infância e adolescência, o Código de Menores, que embora tenha trazido mudanças na nomenclatura, como a introdução do termo "situação irregular", não produziu, de fato, uma mudança na lógica, calcada ainda na culpabilização da família pobre.

Segundo Frota (2003), o Código de 1979, representou a posição contrária à inclusão dos princípios formulados pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959, baseando-se na mesma doutrina da situação irregular que pautava o código anterior, não havendo distinção entre crianças e adolescentes (todos eram agrupados sob a categoria menor). Os mesmos não são definidos como sujeitos de direitos, não havendo menção a deveres do Estado ou da sociedade, nem penalidades previstas para quem cometer atos de violências contra crianças e adolescentes. São consideradas infrações somente aspectos referentes à divulgação de dados e imagens, freqüência a determinados lugares ou o descumprimento de deveres relativos ao pátrio poder por parte dos responsáveis legais.

Na década de 1980, as discussões sobre a temática da infância e juventude

tiveram influência direta das normativas internacionais. E a partir da Doutrina da Proteção Integral⁴ foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual estabeleceu o caminho para a intervenção popular nas políticas de assistência, criticando o modelo punitivo-repressivo no tratamento da infância e traçando as diretrizes da política de atendimento: criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando-se a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

2.2. Transformações após o Estatuto da Criança e do Adolescente

No Brasil atual, os dados da institucionalização de crianças e adolescentes relacionam-se às famílias de nível socioeconômico desfavorecido em virtude de diversos fatores de risco presentes no ambiente familiar como violência doméstica, alcoolismo, doença mental dos pais, pobreza, entre outros, influenciando o aumento da vulnerabilidade dos seus integrantes (FREITAS, 1997). Todavia, associar mecanicamente pobreza à violência constitui um risco, sobretudo no sentido de naturalizar fenômenos e vulnerabilizar ainda mais parcelas da população que já se encontram em situação desfavorável no contexto da sociedade. Tal reducionismo é explicado como resultado de processos de exclusão social que tendem a vincular adolescentes pobres, em especial do sexo masculino, às identidades delinquentes, ao invés de focalizar a fragilidade social sob a qual tais sujeitos se encontram. Para estes, as medidas de proteção previstas no ECA, bem como a garantia aos direitos fundamentais, ainda não tiveram o alcance desejado (ASSIS & COSTA, 2004).

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado ao desenvolvimento integral dos indivíduos (Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, CONANDA, 2006). Ao destacar o direito da criança e do adolescente a permanecerem em suas famílias, o ECA assinala a pobreza como um problema estrutural e não como uma condição que predispõe o rompimento de vínculos familiares, como em outrora, no Código de Menores. A partir daí, inicia-se uma nova fase, desinstitucionalizadora, caracterizada pela implementação de uma nova política que amplia

⁴ As discussões para a formulação desta transcorreram por uma década, desencadeadas a partir de 1979, Ano Internacional da Criança, com o objetivo de atualizar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959.

quantitativa e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância, o que é fundamental para a garantia da implementação da Lei (BRASIL, 1990).

No tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, o referido Estatuto estabelece, no artigo 19, que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária. Assim, crianças e adolescentes têm o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação de tais vínculos, aliando o apoio sócio- econômico à elaboração de novas formas de interação, referências morais e afetivas no grupo familiar.

No caso de ruptura desses vínculos, o Estado é o responsável pela proteção das crianças e dos adolescentes, sendo estabelecido pelo ECA a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Institucional a exemplo do acolhimento em regime de abrigo, obrigando que se assegure a “preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem” (artigos 92 e 100).

Contudo, a história social de crianças, adolescentes e seus familiares de classes sociais desfavorecidas foi marcada por um discurso que preconizava (e ainda assim o faz) a dificuldade da família em proteger e educar seus filhos. O discurso de uma “incapacidade” da família foi assumido pelo Poder Público, que passou a desenvolver políticas paternalistas voltadas para o controle e a contenção social, principalmente para a população mais pobre. Essa desqualificação das famílias pobres, tratadas como incapazes, deu sustentação ideológica à prática recorrente da suspensão provisória do poder familiar ou da destituição dos pais e de seus deveres em relação aos filhos (CONANDA, 2006).

No Brasil, historicamente, a política de atendimento à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade vem sofrendo transformações como apontam os levantamentos históricos de Rizzini (2004), Marcílio (1999) e Weber (1996). Trata-se de uma mudança de paradigmas, do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas focalizadas na infância e na juventude, mas extensivos aos demais atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos, implicando a capacidade de ver essas crianças e adolescentes de maneira indissociável do seu contexto sócio-familiar e comunitário (CONANDA, 2006).

Desta forma, foi praticamente no final do século XX que crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direito, o que implica em novas possibilidades de atendimento às suas necessidades bio-psico-sociais. Entretanto, tal redirecionamento das

políticas públicas no que tange à infância e juventude, ainda que propusesse uma mudança na lógica de proteção agora vinculada à garantia dos direitos humanos e da cidadania permanece no viés da assistência e da vitimização. Esse pensamento acaba por abrir um fosso entre o que há na lei e o que acontece nas práticas cotidianas.

Assim, delinea-se uma questão fundamental: como entender o sentido da Proteção Integral a que têm direito crianças e adolescentes, sem confundi-la com a proteção dispensada pelo sistema tutelar menorista, vigente no Brasil em quase todo o século XX. Desse modo, a criança ou o adolescente que se encontra em situação de violação permanente de seus direitos deve receber as medidas específicas de proteção, traduzidas no âmbito da assistência social pelos serviços de proteção especial, conforme estabelecido no ECA e na Política Nacional de Assistência Social.

O termo “acolhimento formal”, a que se refere este Plano, corresponde à modalidade de atendimento de serviço de proteção especial de alta complexidade que garanta proteção integral incluindo a moradia, alimentação, higienização, bem como os demais cuidados para crianças e adolescentes que se encontram sem referência e/ ou em situação de ameaça, que não possam permanecer em seu núcleo familiar ou comunitário.

Vários estudos citados por Arpini (2003), como os de Foucault (1996) e Goffman (1974) sobre a representação da vida institucional, aniquilamento da identidade, estigmatização, dificuldades no processo de reinserção social, e ainda de Arola (2000) sobre as conseqüências da separação da criança de sua família, apontam para o fracasso do modelo de instituição total e a necessidade de criação de soluções alternativas para essa problemática. Observa-se contudo que a rede de proteção não consegue integrar o princípio da incompletude institucional, consolidando o sentido da complementaridade e continuidade das ações e serviços voltados à garantia dos direitos. Na cidade de Manaus, levantamento recente voltado para uma análise diagnóstica de serviços voltados a adolescentes em situação de vulnerabilidade, aponta para o isolamento das instituições e desconhecimento das reais possibilidades de efetivar transformações positivas na vida dos jovens através da imbricação das ações (COSTA, PEIXOTO *et al.*, 2010).

Como já dito, toda medida de proteção que indique o afastamento da criança ou do adolescente de seu contexto familiar, pode ocasionar suspensão temporária ou ruptura dos vínculos atuais, deve ser uma medida excepcional. A decisão sobre a separação é uma grande responsabilidade por parte dos atores sociais, e deve estar baseada em fundamentação teórica sobre o desenvolvimento infantil, as etapas do ciclo de vida individual e familiar além de ter como prioridades a comunicação na família e o investimento na reorganização dos laços familiares e da rede ampliada de apoio, a fim de

respeitar a condição de sujeito em situação peculiar de desenvolvimento, como indica o ECA (YUNES, *et al.* 2004).

Apesar das mudanças na configuração dos abrigos previstas pelo ECA, o estudo de Yunes, Miranda, Cuello e Adorno (2000) sobre esse tipo de instituição apontou a predominância da função assistencialista nos mesmos, fundada na perspectiva tão somente de ajudar as crianças abandonadas, havendo um frágil compromisso com as questões do desenvolvimento da infância e da adolescência. Segundo Arantes (2009), não basta haver leis se os mecanismos sociais que produzem as tragédias não são modificados. Se, por um lado, estamos convencidos de que os princípios tradicionais de proteção e direitos da criança e do adolescente precisam ser revistos, por outro, é igualmente verdadeiro que eles não podem ser de modo algum descartados, mas sim retomados dentro de um novo contexto (ARANTES, 2009).

2.3. O olhar da Teoria Bioecológica sobre o fenômeno do acolhimento institucional

Para se compreender os processos psicossociais envolvidos na temática da institucionalização de crianças e adolescentes, a abordagem ecológica do desenvolvimento de Bronfenbrenner (1979; 1996) apresenta-se como uma das lentes possíveis para se observar este fenômeno. Esta abordagem constitui-se em um marco teórico e metodológico que busca privilegiar não apenas o contexto, mas as múltiplas interações entre a pessoa e os ambientes.

Uma das maiores contribuições da chamada Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano reside no fato de que ela torna o pesquisador capaz de "pensar ecologicamente", possibilitando que sua atenção seja dirigida não só para o indivíduo e os ambientes imediatos nos quais ele se encontra, mas também para as interações do indivíduo com os ambientes mais distantes, dos quais muitas vezes, ele sequer participa diretamente.

A abordagem ecológica, proposta por Bronfenbrenner (1979; 1996), tem sido usada para investigar ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados e entendê-los como "pessoas em desenvolvimento", considerando este desenvolvimento "no-contexto" (Bronfenbrenner, 1979; 1996). A teoria possibilita que as particularidades desenvolvimentais vivenciadas por crianças e adolescentes que se desenvolvem neste contexto diferenciado sejam enfatizadas, e não os *déficits* encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados (SANTANA, 2003). Nesta abordagem, o indivíduo está em interação bidirecional, dinâmica e constante com o ambiente.

O ambiente ecológico é entendido por Bronfenbrenner (1979; 1996) como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas. Estes ambientes são analisados em termos de quatro tipos de sistemas que guardam uma relação inclusiva entre si: o **microssistema**, o **mesossistema**, o **exossistema** e o **macrossistema**.

O primeiro nível está relacionado ao efeito de influências proximais, ambientais e orgânicas, que advém do interior do indivíduo, de suas características físicas e de objetos do ambiente imediato, que caracterizam a relação face a face. Segundo Bronfenbrenner (1979; 1996), este nível mais interno é chamado de **microssistema**, e deve ser entendido para além da família, estendendo-se para outros contextos, como as instituições de acolhimento. As crianças e os adolescentes que vivem em instituição de abrigo têm na própria instituição o microssistema central de seu ambiente ecológico (YUNES, MIRANDA & CUELLO, 2004).

Segundo a teoria ecológica de Bronfenbrenner (1979; 1996), a família é um microssistema que deve estabelecer relações harmônicas com outros ambientes do mapa ecológico das crianças. No entanto por razões diversas e complexas, muitas famílias não conseguem realizar as funções de proteção, culminando muitas vezes em risco psicológico das crianças e adolescentes envolvidos. Situações como negligência, agressão física, violência psicológica e abuso sexual, somados às dificuldades sócio-econômicas das famílias, provocam a inserção das crianças/adolescentes em outros microssistemas. Os abrigos surgem então como um destes contextos possíveis.

Quando colocadas em um abrigo, tal ambiente passa a ser o mais imediato e de maior impacto na trajetória de vida desses sujeitos, e assim como na família de origem, inúmeras são as dificuldades observadas no cotidiano dessas instituições: número muito pequeno de profissionais disponíveis atendimento da demanda, falta de preparo e capacitação para o exercício de suas funções, número muito grande de crianças, demora no desabrigoamento, falta de trabalhos sistemáticos com as famílias, etc.

O **mesossistema** refere-se aos elos e aos processos entre dois ou mais ambientes, nos quais os indivíduos participam de maneira ativa, isto é, a interação entre os diversos microssistemas. Desta forma, o mesossistema das crianças e dos adolescentes abrigados consiste nas interações entre o próprio abrigo e a sua família de origem, entre a escola e o abrigo, como também entre a família de origem e seus parentes, vizinhos, um programa social no qual a família participa, entre outros. O microssistema e o mesossistema representam os ambientes cujos níveis de relação são proximais e suas influências são mais evidentes, sendo de crucial importância para os processos desenvolvimentais.

Uma terceira força de influência no desenvolvimento são os **exossistemas**,

aqueles ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente, mas recebe influência indireta. Assim, a direção da instituição, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos de crianças e adolescentes, por exemplo, são instâncias que podem constituir o exossistema de crianças e adolescentes abrigados. Além disso, o mesossistema e o exossistema, a partir de suas dinâmicas de funcionamento, irão influenciar na vida e nas relações destas crianças e adolescentes, sendo fundamental a comunicação e a integração destes ambientes (YUNES, MIRANDA & CUELLO, 2004).

O **macrossistema** que é o sistema mais distante do indivíduo, e inclui os valores culturais, as crenças, as situações e acontecimentos históricos que definem a comunidade onde os outros três sistemas estão inseridos e podem afetá-lo. O macrossistema em sua amplitude abrange também os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura. No que tange à institucionalização, o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo, associado aos valores culturalmente esperados podem ser considerados elementos integrantes do macrossistema que envolve estas crianças e adolescentes. Estes elementos estão presentes no modo como os cuidadores que atuam na instituição lidam com eles, no modo como a professora ensina a criança abrigada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outro adolescente que vive com sua família.

Segundo Santana (2003), é essencial que o pesquisador considere o macrossistema, para que ele possa compreender a rede de significações apresentadas pela população em estudo, no que tange à complexa vivência institucional. Assim, o macrossistema é influenciado pelos seus contextos específicos, no caso o cotidiano institucional, e também pelo contexto mais amplo, como os valores culturais. Somente a partir da compreensão destes complexos sistemas e das interações entre eles será possível entender o desenvolvimento humano e, especialmente, o das crianças e adolescentes que vivem em instituição de abrigo.

Para a criança e o adolescente institucionalizado, o instituição chamada de abrigo é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, ou melhor, o microsistema no qual ela realiza maior número de atividades, assume diferentes papéis e estabelece interações pessoais face a face ou simbólicas. Isso pode ocorrer durante períodos significativos de seu ciclo de vida. O afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, seja por abandono ou por decisão judicial, para integrar um novo microsistema, leva a uma mudança no espaço ecológico com importante repercussão para os mesmos, correspondendo a uma "transição ecológica", as quais ocorrem durante toda a vida.

As transições ecológicas são entendidas como uma função conjunta de mudanças

biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos (Bronfenbrenner 1979; 1996). Esses processos que resultam em uma reorganização qualitativa, tanto em nível psicológico quanto comportamental, além de modificarem a percepção de si mesmo e dos outros, geram mudanças no estabelecimento de relações (BRONFENBRENNER, 1986).

Dessa forma, o ingresso em uma instituição de abrigo ou programa social por medida de proteção é entendido como uma transição ecológica, podendo ou não proporcionar oportunidade de desenvolvimento, atuando na diminuição da vulnerabilidade e das situações de conflito e permitindo a promoção dos processos de resiliência (SIQUEIRA & DELL'AGLIO, 2006). A influência será positiva se estes vínculos reforçarem o sentido de eficácia pessoal, caso contrário, seu efeito será evidente no comportamento desadaptado.

As estruturas interpessoais, tais como as formas de interação no abrigo, estão alicerçadas sob três características de interação: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva (BRONFENBRENNER, 1979; 1996). Estas características ajudam o microsistema a manter-se estruturado a fim de permitir o desenvolvimento saudável. A reciprocidade está centrada no processo proximal que ocorre entre duas ou mais pessoas. Com seu *feedback* mútuo, ela gera um momento próprio que os motiva a perseverarem e a se engajarem em padrões de interação subseqüentemente mais complexos (IDEM). Assim, é preciso incentivar as relações recíprocas nos abrigos, visto que incrementam os processos proximais. Entretanto, mesmo havendo reciprocidade, um dos integrantes da relação pode ser mais influente do que o outro.

O equilíbrio de poder se refere à distribuição deste poder na relação. É importante o estabelecimento do equilíbrio de poder porque ajuda a pessoa em desenvolvimento a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais; e porque uma situação ótima para a aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio do poder gradualmente é alterado em favor da pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1979; 1996). No ambiente institucional, por exemplo, os diretores e os monitores devem possuir mais poder do que os adolescentes, embora esta distribuição deva ser alterada gradativamente com o amadurecimento destes últimos. A relação afetiva é estabelecida no envolvimento em interações diádicas, possibilitando o desenvolvimento de sentimentos de uns para os outros, podendo ser mutuamente positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos (IDEM).

Assim como a entrada na instituição representa uma transição ecológica, compreende-se que a saída deste ambiente implica em outro momento de intensas

ressignificações na vida do adolescente, impactando também os sistemas dos quais participa direta ou indiretamente, afetando além de seus modos de inserção e atuação social, sua dimensão emocional.

2.4. O desenvolvimento de adolescentes diante de fatores de risco e proteção do abrigo

Historicamente, até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância (ÁRIES, 1981). Não havia diferenciação entre as duas palavras; elas eram empregadas num mesmo sentido, dentro de um mesmo contexto. Após esse período, a sociedade passou a demonstrar uma preocupação com a educação das crianças, inserindo-as nas escolas, fora do ambiente familiar. Esse fato demarcaria a separação entre infância e adolescência, passando a segunda a ser interpretada como uma passagem para a vida adulta, compreendendo-a não mais como a infância em si, e sim como uma fase distinta desta.

Segundo Ozella (2003), para a Psicologia Sócio-Histórica não há uma adolescência natural. A adolescência e suas características foram construídas pelos homens, em suas relações sociais. Nesta perspectiva o homem é visto como um ser histórico, constituído no seu movimento, ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Sendo assim, o homem não é dotado de uma natureza humana, pois o desenvolvimento da humanidade já permitiu que ele se libertasse e ultrapassasse as condições e limitações biológicas que possui. Esta concepção se diferencia das perspectivas naturalizantes e abstratas que vêem a adolescência com uma fase natural do desenvolvimento.

Nesse contexto, as mudanças que passaram a ocorrer no cenário brasileiro provocaram novas reflexões e análises em relação à juventude. Para Vicente (2009), o sujeito da atualidade não tende para uma estruturação unitária e contínua. É descentrado, múltiplo, maleável, desenraizado, dispersivo mais do que concentrador, ou seja, estrutura-se “*em rede*” e não mais em torno de um “*centro*”, de um “*eixo*” ou de um “*núcleo*” tal como era apresentado nas teorias psicológicas tradicionais.

Tendo em vista a história dos adolescentes abrigados e suas perspectivas de futuro, a institucionalização pode ou não constituir um risco para o desenvolvimento. Esta condição dependerá dos mecanismos através dos quais os processos de risco operarão seus efeitos negativos sobre eles, sendo o risco entendido como as condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis (YUNES *et al.*, 2004).

Em contrapartida, inúmeros fatores de proteção podem operar neste momento.

Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis que predispõem a conseqüências mal adaptativas (HUTZ, KOLLER & BANDEIRA, 1996). Entretanto, deve-se compreender o conceito de fatores de proteção enfatizando-se uma abordagem de processos, através dos quais diferentes fatores interagem entre si e alteram a trajetória da pessoa, podendo produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (MORAIS & KOLLER, 2004).

Essa percepção positiva do período de vivência institucional foi descrita em diversos estudos atuais salientando uma mudança na forma de entender o abrigo, considerando os fatores de proteção e os processos desenvolvimentais que ocorrem nesse contexto (DELL'AGLIO, 2000).

O estudo de Arpini (2003) desenvolvido com adolescentes de classes populares, observou que aqueles que tiveram vivência institucional a caracterizavam como o melhor período de suas vidas, relacionando-a com o estabelecimento de novos vínculos, alguns dos quais se mantiveram mesmo após deixarem a instituição. Em contrapartida, estes adolescentes demonstraram sofrer um forte estigma social, pois são vistos pela sociedade como responsáveis ou donos de algum tipo de "defeito" ou problema. Assim, se por um lado existe uma representação mais positiva em relação à vivência institucional, por outro, permanece a representação social que estigmatiza as pessoas que compõem este contexto (ARPINI, 2003).

Ao estudar a representação que o ex-interno, na maioria, faz do período que passou abrigado, em instituição de grande porte e com funcionamento coletivizado, Altoé (1990) constatou que o relato foi marcado por ambivalências: uma idealização associada a duras críticas relacionadas às vivências negativas, tais como a falta de carinho e a falta de liberdade para conversar com outros internos e/ou com os funcionários.

Um outro estudo de Altoé (1993), investigou o perfil dos presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente. No que tange ao abrigamento, cabe ressaltar que apenas 24,5% dos participantes estiveram em instituição de abrigo por mais de um ano, sendo considerados, no estudo, como "jovens institucionalizados". Estes jovens ingressaram no abrigo com idade entre 0 e 8 anos, e o principal motivo de abrigamento foi a falta de condições financeiras da família. Os "jovens não-institucionalizados", 75,5% da amostra de presidiários, eram jovens com trajetórias instáveis de vida, com diversas passagens por inúmeros abrigos, com duração menor de um ano. Estes jovens ingressaram no abrigo com idade entre 9 e 18 anos, tendo com principal motivo de entrada a realização de atos infracionais (ALTOÉ, 1993).

Se por um lado estes resultados apontam para a ineficiência da rede de

assistência à infância e à juventude em situação de risco pessoal e social, por outro lado, aqueles jovens que conseguiram permanecer mais tempo no abrigo, aproveitando melhor os recursos oferecidos, cometeram menos delitos e/ou crimes após os 18 anos.

No entanto, Silva (1997) enfatiza o aspecto negativo da institucionalização, apontando que o processo de socialização que se dá nos abrigos, pela interação com grupos de risco e pela utilização de mecanismos de resistência, contribui para a construção de uma "identidade institucional", a qual evoluirá para uma "identidade delinqüente", consolidada pela reincidência e pela multirreincidência. Em contra partida, Costa (2005) fala da resiliência entendida enquanto fenômeno construído, que possibilita a ampliação de recursos visando à superação de situações adversas e seguimento de trajetórias de vida saudáveis, sendo esta apontada como possível e necessária de ser promovida aos adolescentes em diversos momentos e contextos.

Outros aspectos indicadores de processos favoráveis ao adolescente que aparecem bastante associados entre si seriam o desenvolvimento da capacidade de *projetar sua vida* e o fortalecimento de sua *auto-estima* (COSTA, 2005). Estudando a trajetória de adolescentes infratores e seus irmãos não-infratores, Assis *apud* Costa (2007) identificou, entre os primeiros, a dificuldade em construir projetos de vida, enquanto que os não-infratores relatavam projetos mais elaborados, consistentes, numa perspectiva temporal. Para Assis e Costa (2005), a auto-estima, vista enquanto um afeto subjetivo e particular que o indivíduo tem por si próprio, quando positiva ou elevada, remete a atitudes de autocuidado, vincula-se a projeto de vida e perspectiva de futuro.

Estudos de Yunes, Miranda & Cuello (2004) mostram que por mais que os motivos de entrada estejam associados a conflitos e sofrimento, os abrigos podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, acolhendo-os e orientando-os num momento em que possivelmente não houvesse mais ninguém a quem recorrer. Entretanto, tanto a família e os amigos quanto o abrigo podem operar como fatores de risco. Famílias com muitos membros, com presença de doença mental, violência, alcoolismo, ou uso de outras substâncias não conseguirão se constituir em um ambiente saudável para seus membros, caracterizando-se como um ambiente de risco.

Dell'Aglio (2000) diz que na adolescência, em especial, há um distanciamento progressivo dos filhos de seus pais e um direcionamento para as relações com grupos de pares, a fim de possibilitar a busca e a construção da identidade própria. Brito & Koller (1999), afirmam que se o grupo apresentar comportamentos desadaptativos, como delinqüência e abuso de substâncias, poderá expor o adolescente a situações de risco, nas quais suas habilidades serão desafiadas, aumentando a sua vulnerabilidade.

Quanto aos abrigos, Rizzini & Rizzini (2004) adverte que esses podem representar um risco para o desenvolvimento, principalmente em situações em que há uma alta relação criança/cuidador, alta rotatividade dos abrigados e/ou funcionários e descontinuidade no atendimento. De acordo Freitas (1997), a vivência institucional pode apresentar, tantos ou mais fatores de risco quanto a rua para as crianças, pois o ambiente institucional e as relações estabelecidas neste meio irão influenciar seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, bem como a construção de suas identidades e seus projetos de futuro.

Neste sentido, para Bronfenbrenner (1979; 1996) ser criado em abrigos, do ponto de vista de valores e expectativas culturais, está associado a um estigma que pode se tornar uma predição de fracasso. Deste modo, as instituições de abrigo podem ou não produzir efeitos benéficos para a vida de crianças e adolescentes, dependendo de sua capacidade de fornecer apoio e proteção.

Segundo Moraes e Koller (2004), a característica essencial dos fatores de proteção é a modificação catalítica da resposta do indivíduo à situação de risco. Esses fatores podem não apresentar efeito na ausência de um estressor, pois seu papel é o de modificar a resposta do indivíduo em situações adversas mais do que favorecer diretamente o desenvolvimento normal.

Koller (2006) também adverte os pesquisadores para não equipararem fatores de proteção com condições de baixo risco. A autora chama a atenção também para a distinção que deve ser feita entre fatores de proteção e experiências positivas. Os primeiros não referem-se às vivências que propiciam bem-estar às pessoas, mas sim aos processos que as protegem dos mecanismos de risco. Sendo assim, os mecanismos de proteção serão aqueles que numa trajetória de risco, acabam por mudar o curso da vida da pessoa (pontos de virada) para um "final feliz". Nesse sentido é que se faz a relação entre fatores de proteção e oportunidades, sendo que o último conceito vai além da pressuposição da "proteção em situações de risco", mas traz implícita a noção de garantia de um desenvolvimento que maximiza as potencialidades da criança.

Para Costa e Assis (2006), é necessário que sujeitos sociais sejam alertados e possam responder positivamente superando obstáculos materiais, culturais e políticos que os mantêm vulneráveis. As mudanças mais profundas e interessantes ocorrem quando se vislumbra e constrói possibilidades satisfatórias a todos, implicando os indivíduos uns com os outros em seu entorno. Para tal, é de importância fundamental a transformação do contexto, assumindo o caráter “inexoravelmente intersubjetivo da construção de suas identidades.”

Com isso podemos considerar também como funções da inserção em abrigos protetivos, a possibilidade de despertar nos adolescentes abrigados o desejo pela transformação da sua realidade, ultrapassando a visão daquilo que é real e partindo para o campo do desejo, com a (re)construção de projetos e propostas de vida, de identidade, da auto-imagem e auto-estima positivas, de capacitação de lidar com limites, regras e deveres da vida em sociedade, ou seja, organizando as condições educativas favoráveis às manifestações das potencialidades criativas, afetivas, intelectuais, sociais e morais.

2.5. Sujeito sócio-histórico como produtor de sentido

A Psicologia Sócio-Histórica embasa-se em uma concepção que percebe o homem como um ser histórico-social, rejeitando a idéia de uma natureza humana a priori que lhe confira características a partir de uma essência predeterminada, definida e imutável. Adversa a este pensamento, apresenta uma concepção de homem que se constrói a partir da relação que se estabelece entre ele, o meio e outros homens.

De acordo com Alexis Leontiev, autor russo seguidor de Vigotsky, o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho. Essa passagem modificou sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento, que diferente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas às leis sócio-históricas. Essa evolução do homem produziu-se de forma absolutamente particular a partir de fatores que só aparecem nas sociedades humanas, os fenômenos externos da cultura material e intelectual. Isso ocorre pelo fato do homem ter atividade criadora e produtiva - o trabalho. Além disso, o homem modifica-se em função do desenvolvimento de suas necessidades, ao mesmo tempo, suas aptidões, seus conhecimentos e seu saber fazer cristalizam-se de certa maneira em seus produtos materiais, intelectuais e ideais.

Na Psicologia Sócio-Histórica, é importante salientar, que o psiquismo se desenvolve num processo análogo a uma espiral, no qual o conteúdo psíquico não tem origem no próprio indivíduo, ele é fruto de uma construção social. Para Leontiev e Vigotsky, o psiquismo se constitui na relação dialética com a natureza e com a interação homem/natureza, ao mesmo tempo que transforma a natureza, ela também é transformadora do próprio homem.

González Rey, autor cubano formado pela escola russa de psicologia, segue os pressupostos dos teóricos supracitados, e parte do processo de desenvolvimento do psiquismo e do sentido desse processo para o desenvolvimento da personalidade. Para ele, o

psiquismo está intimamente relacionado a sua base material e que, ao mesmo tempo, representa um fenômeno específico e não mera reprodução do “mundo externo”. A personalidade se desenvolve controlada por determinantes que atuam fora do campo do sujeito psicológico concreto, a partir de um espaço interativo de distintos níveis de complexidade e hierarquia no qual o sujeito atualiza permanentemente sua condição social.

González Rey (2003), entende a subjetividade como a constituição do psiquismo no sujeito individual. A subjetividade integra os processos e estados característicos a esse sujeito em cada momento da ação social, momentos inseparáveis do sentido subjetivo que terão para ele. Simultaneamente, a subjetividade se expressa no plano social como constituinte da vida social - momento designado como subjetividade social, que não se diferencia da individual por sua origem, mas por sua constituição.

Corroborando com a idéia, Adriani & Rosa (2002), afirmam que o homem é essencialmente um ser social. Há uma relação de mediação entre ele e a sociedade: o homem contém o social, mas não se dilui nele, e vice-versa; ou seja, homem e sociedade não existem separadamente, um sem o outro, mas são, contudo, diferentes. O homem se constrói socialmente, a partir de suas relações com a realidade. Nesse movimento, ele se apropria de forma subjetiva e particular do social, transforma-o ao interiorizá-lo e assim, se transforma e se singulariza.

Com isso, é possível dizer que o homem, por sua característica sócio-histórica, não nasce pronto, cada indivíduo aprende a ser homem, produzindo sentido acerca de suas vivências, apropriando-se, transformando e sendo transformado pelo legado do desenvolvimento histórico da sociedade, onde novas aptidões e funções psíquicas emergem. Dialeticamente, em processo ativo, transforma-se e transforma sua realidade, demonstrando sua complexidade e a multideterminação de seus elementos constituintes.

Essa relação do homem com o mundo tem por intermédio a relação do homem com outros seres humanos, sua atividade está sempre ligada à comunicação, ressaltando-se assim a importância da linguagem e sua função mediadora entre o sujeito e a realidade externa, pois para que haja a construção e organização do psiquismo, é necessário que o plano externo se constitua internamente no sujeito, isto é, o externo precisa ser internalizado, para que o plano social passe a fazer parte do plano psíquico, assim atribuímos significados e sentidos às coisas externas para podermos representá-las. Dessa forma as atividades, as vivências, as pessoas, as coisas externas passam a ser representadas internamente.

Aguiar (2009), ao discutir as distinções entre significado e sentido propostas por Vigotsky, estabelece uma importante distinção: *significado* do signo lingüístico é tudo aquilo convencionalmente estabelecido pelo social; já o *sentido* é o signo interpretado pelo

sujeito histórico, dentro de seu tempo, espaço e contexto de vida pessoal e social. Vigotsky, contudo, faz uma distinção entre sentido e significado, e ao discutir esses dois conceitos, evidencia a dialética da constituição da consciência, a integração entre afetivo e cognitivo, o caráter social, histórico e único do sujeito. Para ele, *significado* é uma construção social, de origem convencional, relativamente estável. O homem ao nascer, encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente. Por outro lado o *sentido* é a soma dos eventos psicológicos que a palavra evoca na consciência. O sentido se constitui, portanto, a partir do confronto entre as significações sociais vigentes e a vivência pessoal.

Dessa forma, o *sentido* nos parece mais complexo e mais amplo que o *significado*, uma vez que este último constitui apenas uma das zonas do *sentido*, a mais estável e precisa. Assim quando nos referimos às expressões do sujeito, ao novo que ele é capaz de colocar no social, estamos nos referindo aos *sentidos* que produz, aos *sentidos* subjetivos por ele construídos a partir da relação dialética com o social e a história. É importante frisar, que o processo de produção dos sentidos pode conter elementos contraditórios, que incluem emoções e afetos, como prazer e desprazer, gostar e não gostar.

Estes fatores emocionais devem, portanto, ser levados em consideração como elementos constitutivos da produção dos sentidos. O interno, como afirma González Rey (2003), participa da construção do signo, portanto, da produção do sentido. O autor chama atenção para o fato de que quando o homem internaliza, transforma o social em subjetivo, colocando o novo no social. De outra forma não seria uma relação dialética, pois, o externo por sua própria condição, não define o interno. A história do próprio interno, subjetivo, que vai atribuir sentido ao externo.

Este é um dos pontos principais que justificam a escolha da abordagem sócio-histórica, dada a relevância que a produção de sentido pelo sujeito tem na sua própria história e que a partir dela, reflete a realidade. De acordo com Aguiar (2009), a respeito dessas transformações dos sentidos subjetivos e conseqüentemente da subjetividade, para que ocorram mudanças determinadas historicamente, mas como processo subjetivo, não basta o processo de assimilação através da linguagem e do pensamento, entendidas como sendo mediadas por sentimentos. Seria simplista afirmar que a apropriação das determinações por parte do sujeito, a sua apreensão racional, é suficiente para a ocorrência do processo de re-significação, ou de transformação dos sentidos. As formas de pensar, agir e sentir expressam uma integração muitas vezes contraditória, de experiências, conhecimentos, sem dúvida emocionados, de uma história social e pessoal mediada pela ideologia, classe social, instituições, etc. Deste modo, produzir acerca do momento de saída em um espaço socialmente compartilhado, implica favorecer as contradições possíveis que

o processo abriga.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. Caracterização da pesquisa

Ao optar pelo levantamento e compreensão dos sentidos e expectativas sob a ótica de referenciais teóricos críticos, é pertinente adotar metodologia de cunho qualitativo, por ter como interesse central aspectos particulares acerca do fenômeno os quais não derivam de sua quantificação. A pesquisa qualitativa permite abordar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço diferencial das relações, dos processos e dos fenômenos, os quais não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO,1999).

Ozella (2003) defende a idéia de que uma investigação com aporte qualitativo não pode se restringir a questões metodológicas uma vez que concentra em si também um aporte teórico e epistemológico e tem com objetivo, produzir conhecimentos a respeito de um objeto complexo. Assim, são levadas em consideração a história e o contexto particulares ao sujeito e isso revela suas idiosincrasias demonstrando quão vasto e diversificado é o fenômeno subjetivo.

Para buscar conhecer e compreender os sentidos construídos em torno da questão ‘saída do abrigo’, visou-se integrar duas perspectivas em consonância com o referencial retórico que embasa a presente proposta: para geração dos dados (coleta), optou-se pelo Método de Inserção Ecológica delineado por Bronfrenbrenner (1996). Para tratamento e análise, recorreu-se aos procedimentos de identificação de Núcleos de Significação, em uma compreensão à luz das proposições de González Rey (2002).

Segundo Ceconello & Koller (2003), o Método de Inserção Ecológica envolve a sistematização e operacionalização de quatro aspectos da teoria bioecológica: a Pessoa, o Contexto, o Tempo e os Processos. A Pessoa envolveu a presença física da pesquisadora junto aos participantes da pesquisa em seu ambiente. O Contexto abrangeu a caracterização dos sujeitos da pesquisa, sua história de vida passada, presente, futuro, suas interações com os diversos contextos sociais. O Tempo compreendeu o acompanhamento dos sujeitos da pesquisa durante quase 12 meses que se deu de permanência no campo. O Processo foi caracterizado por toda a pesquisa através da interação da pesquisadora, juntos aos participantes e contextos sociais que o abrangem.

A Inserção Ecológica possibilitou a realização de uma etnografia, consistindo em uma metodologia de pesquisa na qual o pesquisador adentra o ambiente a ser estudado. A

partir de então, investigou-se os níveis de interação sistêmica deste no desenvolvimento das pessoas, no contexto afim de possibilitar a captação dos aspectos subjetivos e relacionais do sujeito com os diversos contextos sociais. Dessa forma, a principal preocupação foi com os sentidos que as pessoas ou o grupo estudado atribuem às suas ações, vivências e à realidade que as cercam em relação ao tema proposto, os quais são expressos através da linguagem ou das ações.

A escolha deste delineamento de pesquisa se deu em função das pessoas utilizarem sistemas complexos de significados para organizar seu comportamento, tanto para compreender a si próprias e aos outros como para dar sentido ao mundo em que vivem. Esses sistemas de significados constituem a sua cultura. Spradley *apud* André (2005) orienta que para descrever densamente essa cultura é necessário captar a perspectiva do outro, tentar ver e sentir, segundo a ótica e a lógica do outro. Segundo o autor, a observação participante e as entrevistas aprofundadas são os meios mais eficazes para que o pesquisador se aproxime dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado.

Por acreditar que o sujeito em questão é um ser social se pensa na compreensão da realidade olhando pelo prisma da Psicologia sócio-histórica e esta tendo seu embasamento na perspectiva materialista dialética de Marx, o qual defendia que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” é que se tem uma grande preocupação em compreender como a história do atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade foi sendo construída ao longo dos anos no Brasil e conseqüentemente, pelos atores sociais na instituição pesquisada, extraindo delas seus significados e buscando auxiliar tais sujeitos no processo de re-significação de tais atribuições uma vez que, acredita-se que isso pode auxiliar ou dificultar a percepção real das potencialidades dos adolescentes em questão e suas expectativas quanto ao futuro.

Partindo da identificação dos sentidos construídos em torno do processo de transição entre o ambiente institucional e outro possível para o adolescente após seu desligamento, pretendeu-se alcançar questões particularmente subjetivas e que mostrassem como estes interpretam e vivenciam sua situação de abrigo na relação com a proteção e com as expectativas de futuro, como os demais atores de seu microsistema apresentam também este momento e, sobretudo, como estes sentidos encontram-se relacionados. Segundo os pressupostos de Gonzalez Rey (2002) e através de uma pesquisa sob o aporte da Inserção Ecológica, foi possível manter um esquema aberto e flexível que permitiu, continuamente, checar junto aos sujeitos integrantes do contexto acerca da necessidade de adaptação de alguns aspectos referentes aos procedimentos de construção das informações

que foram estudadas.

3.2. Procedimentos para realização do trabalho de campo

Após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UFAM, adentrou-se o campo para dar início ao processo de Inserção Ecológica. A coordenação da instituição já havia autorizado a realização da mesma, bem como tomado conhecimento acerca dos objetivos e procedimentos da mesma. Com esta inserção foram identificados os possíveis sujeitos da pesquisa a partir dos critérios para a participação os quais serão explicitados a seguir. Todos os atores sociais que partilhavam este cotidiano institucional foram informados e esclarecidos quanto aos objetivos do estudo e de que forma aconteceria o processo, a fim de se obter seu consentimento e dar início aos procedimentos propriamente ditos. Na oportunidade, informamos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO V), e que o mesmo deveria conter tanto as assinaturas dos sujeitos como a dos seus respectivos responsáveis legais.

Foi então realizada uma sistematização dos dados relativos aos adolescentes que poderiam integrar a pesquisa a fim de se auxiliar na compreensão de suas histórias de vida, através de fontes secundárias (prontuários, fichas institucionais, etc.). Em seguida à esta sistematização partiu-se para a realização das entrevistas com os adolescentes e posteriormente com a equipe técnica. As entrevistas foram realizadas de forma individual com todos os sujeitos, gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Minayo (1994) ressalta que a entrevista proporciona a obtenção de informações por meio da fala individual e esta desvela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e faz do indivíduo falante um porta-voz, pois, transmite representações suas ou de um determinado grupo.

No levantamento das características da instituição pesquisada, além dos dados coletados com as observações e entrevistas com os atores sociais, as informações obtidas através da leitura dos prontuários dos adolescentes foram fundamentais. Com base nelas, buscou-se apreender e compreender os diferentes aspectos que constituem o cotidiano dos adolescentes participantes da pesquisa.

A presença da pesquisadora no campo compreenderia, inicialmente, um período de 3 meses, com presença diária na instituição, porém foram necessários 6 meses de permanência no campo. Fato este que deveu-se primeiramente pelo tempo necessário para se formar um vínculo com os adolescentes como propõe o modelo da Inserção ecológica, relacionando **tempo**, **pessoa** e **contexto**. Segundo pelo fato de alguns que foram selecionados, posteriormente, não aceitaram mais fazer parte da amostra, terceiro por conta

das tentativas de se conseguir algum contato com as famílias daqueles que participaram da pesquisa e finalmente, por conta das implicações que a pesquisadora teve no contexto durante a coleta dos dados.

3.3. Local da Pesquisa

A instituição escolhida para a realização do estudo faz parte de um Centro Social voltado para o atendimento de famílias de baixo poder aquisitivo, em especial adolescentes em situação de risco social e pessoal na cidade de Manaus. Este consiste em uma entidade da sociedade civil vinculada à igreja católica, sem fins lucrativos, mantida por uma Organização Não Governamental norueguesa e convênios com empresas parceiras.

A escolha do local deu-se através do acesso às instituições existentes na cidade de Manaus voltadas ao atendimento de adolescentes em vulnerabilidade. Em pesquisa recente voltada à identificação e caracterização da rede de serviços destinada a este público, levantou-se os abrigos existentes em situação regular junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COSTA, PEIXOTO *et al* 2010). Optou-se por uma instituição considerada de referência na cidade, na modalidade de medidas protetivas. A mesma difere de outras existentes por priorizar a atenção a adolescentes e não a crianças, servindo melhor, portanto, aos propósitos aqui delineados.

A instituição nasceu na década de 70 com a chegada do Pe. La Rocca à paróquia. Jovem italiano, que ao se deparar com as desigualdades sociais, dedicou-se a combatê-las e a passou a desenvolver projetos sociais por todo o Brasil. A partir da inquietação de La Rocca, e da necessidade de oferecer às crianças e aos adolescentes que faziam da rua seu espaço de ocupação, outras oportunidades visando um futuro mais produtivo, surgiu uma das primeiras entidades voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social da região. À época, os serviços concentravam predominantemente em torno de atividades em uma oficina de marcenaria para adolescentes do sexo masculino. Com o passar dos anos a instituição ampliou seu espaço físico, seus objetivos e a população atendida, passando a receber também adolescentes do sexo feminino e crianças.

Com o advento da nova Constituição Federal/CF, promulgada em 5 de outubro de 1988; com a vigência da Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA; com o surgimento da Lei n.º 8.742 de 07/12/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS; e mais recentemente a promulgação da Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, todas as entidades, em todo Brasil, tiveram que rever suas práticas,

adequando seus procedimentos de acordo com as novas normativas. Assim, do ponto de vista dos aspectos educacionais/pedagógicos, a partir de 1996 (com influência, principalmente, da nova LDB), a instituição passou à substituição gradual de atividades laborais por atividades complementares à escola.

Quanto aos aspectos das atividades de assistência, a instituição afirma seguir as orientações da LOAS, realizando suas ações no sentido de promover o protagonismo de seus usuários. Atualmente a instituição oferece os seguintes serviços: Apoio social e educativo em meio aberto para adolescentes de ambos os sexos e Abrigo para adolescentes do sexo masculino.

O acolhimento refere-se aos adolescentes cujos pais não dispõem de condições para mantê-los, não só devido às precárias condições econômicas e financeiras, mas também por motivos de saúde física ou mental, ou ainda em razão de abandono, negligência, violências físicas, psicológicas, sexuais e de exercício de mendicância.

Apesar do acolhimento ser destinado apenas aos adolescentes, a faixa etária dos sujeitos que lá se encontravam no momento da pesquisa, variava entre onze e vinte e dois anos. Ao completarem dezessete anos, segundo os técnicos da instituição, os adolescentes são encaminhados para um emprego e, quando a remuneração é suficiente para o seu sustento, são desligados da instituição; caso contrário, ainda permanecem lá por algum tempo.

À época da pesquisa, realizada no segundo semestre de 2010, todos os adolescentes que ali se encontravam haviam sido encaminhados pelos conselhos tutelares das diferentes regiões da capital, do interior do estado ou pelo Juizado da Infância e Juventude.

A instituição é administrada pelos funcionários, com uma equipe diferente para cada projeto, cada um subordinado à sua gerência. Fazem parte dessa equipe administrativa: o presidente do Centro (voluntário, ex-interno da instituição), a diretora executiva, um administrador, uma assistente social e um pedagogo (ex-interno); estes são responsáveis pela administração financeira e executiva de todos os projetos, incluindo o abrigo, que é um dos projetos executados.

Na composição da equipe que atende especificamente o abrigo, estão o coordenador (morador do abrigo desde sua fundação, aos 14 anos de idade até o momento) responsável pela orientação e por toda organização da rotina diária dos meninos; uma Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação que responde por toda a demanda de acompanhamento social, escolar, jurídico, familiar, etc. de todos os meninos; um orientador social que realiza acompanha a rotina e eventualmente acompanha alguma atividade externa; uma motorista que além de atender aos demais projetos, também transporta os adolescentes do abrigo para

os atendimentos fora das dependências institucionais, quando necessário; e uma auxiliar de serviços gerais responsável pela limpeza e preparo da alimentação quando o coordenador não se encontra.

A equipe pedagógica existente atende o Centro Social como um todo e de modo menos direto, o abrigo. É responsável pelo trabalho de reforço escolar, ir até a escola quando necessário, acompanhar os meninos nos trabalhos e tarefas e desenvolver atividades nas oficinas artesanais, atividades físicas e desportivas. Era composta por professores e pedagogos da Secretaria Municipal de Educação, porém logo após o início da pesquisa este convênio foi cessado e estas atividades extintas.

Atualmente instituição funciona com um quadro de pessoal bastante reduzido, o que parece ser insuficiente para cumprir com a proposta de transformação social, de acolhimento, orientação familiar e pedagógica, para finalmente culminar com a reinserção na família de origem ou família substituta.

Pelo fato da instituição de abrigo funcionar dentro de um Centro Social, esta ainda pode contar com alguns profissionais que fazem parte das atividades oferecidas pelo Centro, mas que não têm o foco prioritário ou exclusivo nos meninos acolhidos, e sim acontecem a fim de atender a população da comunidade em geral.

A época da pesquisa, a instituição contava com um número total de 11 adolescentes acolhidos em sistema de abrigamento. A equipe técnica do Centro Social era composta de 02 Coordenadoras pedagógicas; 07 professores; 01 professor de educação física; 02 Assistentes Sociais; 01 Psicóloga; 06 Instrutoras de habilidades manuais; 02 serviços gerais; 01 motorista; 02 secretários; 02 auxiliares de portaria; 01 coordenador do abrigo; 05 auxiliares administrativos; 01 auxiliar de serviço técnico; 01 assistente técnico; 01 gerente de projeto; 01 gerente administrativo; 01 diretora executiva; 01 auxiliar de cozinha; 02 auxiliares de biblioteca; 01 instrutora de capoeira; 01 instrutor de karatê.

Contudo, foi constatado durante as observações, que nem todo esta equipe tinha contato com os meninos do sistema de abrigamento, as pessoas que realmente interagiam com eles ou que lhes prestavam algum cuidado ou assistência, eram apenas a assistente social e o coordenador do abrigo, os quais inclusive foram os escolhidos pelos adolescentes participantes para serem entrevistados também. Os demais atendiam aos usuários de outros programas e serviços prestados pelo Centro Social. Em alguns momentos os adolescentes do abrigo até tinham contato com os membros da equipe, como por exemplo quando era solicitado algum atendimento psicológico, durante as atividades esportivas, etc; porém o atendimento destes meninos não era prioritário por parte destes profissionais.

A estrutura física da instituição é adequada, podendo ser destacada com um de

seus pontos mais fortes. Possui um portão de entrada com guarita, uma quadra para recreação; um escritório com a secretaria e demais salas administrativas; uma oficina artesanal; uma sala de reunião; uma sala de atendimento psicológico e atendimento social; uma sala de arquivo; uma sala de coordenação; várias salas para acompanhamento pedagógico e outros projetos; uma sala de reforço escolar; uma área coberta; um refeitório; uma cozinha; e um almoxarifado. A área destinada ao abrigo é muito semelhante a uma casa, com sala de estar com sofás e aparelho de televisão, copa com mesa de refeição e cozinha bastante ampla devidamente equipada com geladeira, freezer, fogão e armários, uma lavanderia com máquinas de lavar roupa e tanques, um banheiro social, dois quartos menores, o do coordenador e o do monitor, e o quarto dos adolescentes com vários beliches e armários, e o banheiro de uso comum dos meninos.

3.4. Participantes

Visando alcançar a singularidade como nível da produção do conhecimento em consonância com as bases teórico-metodológicas explicitadas, não é preponderante a quantidade de sujeitos incluídos, mas sim a possibilidade de dar significações ao fenômeno que se pretende estudar no momento da pesquisa a partir dos mesmos (GONZALEZ REY, 2002).

Seguindo os objetivos propostos, foram convidados a participar da pesquisa três categorias distintas de sujeitos, assim dispostos:

1) Adolescentes – 02 sujeitos, compreendidos pela perspectiva do ECA, que estivessem vivendo na instituição por pelo menos um ano e cuja data de desligamento por atingir a maioridade legal (18 anos), estivesse próxima ao período de realização do trabalho de campo, por entender-se que a iminência deste momento converte-se em questão de suma relevância a estes sujeitos em particular.

2) Membros da equipe técnica – até 02 sujeitos, indicados pelos próprios adolescentes, que desenvolvessem atividades mais próximas aos jovens em questão e que tivessem o mínimo de envolvimento afetivo com os mesmos. Cada adolescente indicou um profissional para participar da pesquisa.

3) Gestor da unidade – 01 sujeito convidado a participar devido à participação importante que exerce no contexto, devido o papel de poder e tomada de decisões com relação ao período de permanência e processo de desligamento dos adolescentes e jovens da instituição.

Cabe destacar que inicialmente postulou-se realizar entrevista com dois familiares, sendo cada um indicado por um adolescente participante, em situação de desligamento institucional próximo. Contudo, a partir da entrada e permanência no campo, verificamos que os familiares, quando existiam, eram ausentes da vida dos jovens. Nem a instituição nem os adolescentes mantinham contato com a família, tornando inviável manter a proposta original.

3.5. Instrumentos

A interação no ambiente ecológico onde vivem as pessoas implicou a realização de visitas freqüentes, observações, conversas informais e entrevistas. Estes eventos possibilitaram uma maior validade ecológica dos dados obtidos. É através deste método que, segundo Ceconello & Koller (2003), atribui-se naturalidade e vivacidade a essas linguagens, as quais são obtidas a partir de um vínculo e de uma interação contínua entre pesquisador e participantes do estudo.

Para a presente pesquisa utilizou-se de dois instrumentos, a saber: observação participante e entrevistas em profundidade semi-estruturadas. De um modo geral, todos os instrumentos visavam fornecer aspectos que informassem sobre a relação mesossistêmica, ou seja, sobre as interações entre microssistemas, que no caso, foram representados pela instituição de abrigo e outros contextos que fazem parte do cotidiano do jovem abrigado.

a) Observação participante: Esta estratégia foi utilizada na pesquisa de forma qualitativa com o desenvolvimento de um diário de campo alimentado por roteiros de observação (ANEXO I). O diário de campo consistia no registro de todas as informações que compuseram a trajetória da pesquisa. A partir deste instrumento buscou-se captar acontecimentos e situações não descritas nas entrevistas nem nos documentos dos arquivados, permitindo o registro de impressões, reações, dúvidas e checagem/confirmação de informações e tópicos de difícil abordagem. Estas foram utilizadas tanto no momento de caracterizar os participantes como na análise dos dados, já que o instrumento possui uma dimensão de cunho mais interpretativo das anotações considerando que durante a observação de um fato, o pesquisador já pode registrar algumas análises sobre o acontecimento.

Para Bauer (2000), compõe o diário de campo todo o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da coleta de dados. Neste sentido, o roteiro de observação teve a função de orientar a observação para posterior escrita da

experiência, não necessariamente sendo escritos durante a observação pois assim poderia prejudicá-la bem como o bom andamento da construção dos dados que nos propomos a estudar, portanto, foi preenchido imediatamente após o período de observação.

Na perspectiva da Inserção Ecológica, o diário de campo é o instrumento que sintetiza, principalmente, as dimensões do Processo e do Tempo, mostrando o papel ativo do pesquisador durante a contínua produção de idéias que atravessa todos os momentos do desenvolvimento da pesquisa. E foi a partir dele que pôde-se confirmar alguns dados que não ficaram bastante claros durante as entrevistas.

b) Entrevistas semi-estruturadas:

A entrevista representa uma situação de interação entre pesquisador e pesquisados e o material produzido nesta interação pode ser intensamente afetados dependendo de como essa interação ocorre. “[...] entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. (MINAYO, 1994, p. 114).

Para Bauer (2000), a entrevista pode fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos específicos, como é o caso do abrigo. As entrevistas semi-estruturadas indicam uma direção e, ao mesmo tempo, uma abertura para as expressões espontâneas dos sujeitos, possibilitando uma compreensão de sua realidade, no caso o momento de saída da instituição de acolhimento.

Ozella (2003) diz que as entrevistas buscam garantir ao processo investigativo atitudes que permitam a interação, que demonstrem seu caráter construtivo, histórico e que através de procedimentos analíticos, proporcione elementos interpretativos que revelem informações significativas sobre o fenômeno estudado. Em conformidade com o método de Inserção Ecológica, as entrevistas consistiram em uma conversação continuada entre sujeitos e a pesquisadora, tendo como foco os objetivos do estudo.

De acordo com Machado (2002), o entrevistador geralmente possui um roteiro elaborado previamente, que funciona como uma espécie de guia, com os temas a serem abordados durante a entrevista. No presente estudo, foram aplicados 3 roteiros diferentes: um para o adolescente (ANEXO II), um para um membro da equipe técnica (ANEXO III) e outro para o gestor (ANEXO IV). Esta estratégia visou apreender o fenômeno segundo a perspectiva de cada categoria de participante levando em conta seu contexto, sua complexidade e sua totalidade.

As entrevistas tiveram duração variada, de acordo com a disponibilidade do entrevistado para falar e segundo o método abordado, que institui o término destas estabelecido pelo próprio entrevistado ou mesmo pelo pesquisador quando considerou que o discurso não mais acrescentava elementos significativos às questões pesquisadas. As entrevistas foram gravadas após autorização dos sujeitos e transcritas para análise.

3.6 Método de análise dos dados

Ancorado em uma perspectiva epistemológica que privilegia a compreensão mais que a explicação dos fenômenos, traçou-se o método de análise dos dados a partir das contribuições de González Rey e Vigotski, o qual consiste em delinear não só o objeto, mas também em compreender a gênese da subjetividade, ou seja, o próprio processo de produção da subjetividade, no qual a apreensão do sentido se dá a partir da compreensão de seus determinantes.

Este tipo de análise permite várias modalidades técnicas, sendo que todos buscam compreender os conteúdos manifestos, ocultos e suas significações, além de ultrapassar o olhar imediato das aparências, e estudar o problema a partir da própria expressão dos sujeitos. Machado (2002) comenta sobre a ampliação do emprego destas modalidades no tratamento de material qualitativo obtido através de entrevistas de pesquisa.

Dentro de uma metodologia que apóia a investigação fundamentada nas concepções da Psicologia sócio-histórica ressalta-se que juntamente com a temática proposta está a *apreensão da constituição de sentidos* a partir da *identificação de Núcleos de Significação* conforme propõe Aguiar e Ozella (2006). Desse modo, frisamos que nossa reflexão metodológica sobre a apreensão dos sentidos está pautada numa visão que tem no empírico seu ponto de partida, mas a clareza de que é necessário irmos além das aparências, não nos contentarmos com a descrição dos fatos, mas buscarmos a explicação do processo de constituição do objeto estudado, ou seja, estudá-lo no seu processo histórico.

Neste estudo a técnica de análise de conteúdo consiste em "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado" (MINAYO, 1999). A finalidade da análise seria realizar deduções, com base numa lógica apontada, sobre as mensagens cujas características foram relacionadas e sistematizadas. Para tanto, seria necessário obedecer aos princípios da exaustividade (não omitir nada), representatividade (os sujeitos entrevistados devem representar o universo), homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema e serem

obtidos por técnicas iguais), pertinência (os documentos precisam se adaptar ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Segundo Vigotsky (2001) apud Aguiar e Ozella (2006) “o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza” e para que tal relação (palavra-pensamento) possa ser estabelecida, faz-se necessário investigar como o sentido do processo de saída da instituição de acolhimento é apresentado pelos entrevistados e isso só será possível a partir do momento que se compreenda a produção de sentidos que se expressa na palavra, no discurso.

Tendo a palavra com significado como unidade primeira para se proceder a análise, organizamos os “núcleos de significação do discurso”, buscando-se os temas/conteúdos/questões centrais apresentadas pelo sujeito, entendidos não pela frequência, mas pelas emoções/motivações/envolvimento que geram. Cada um dos núcleos deve agregar questões intimamente relacionadas que, de modo geral, expressem questões relevantes para a compreensão dos aspectos pesquisados; portanto os objetivos da pesquisa orientam esta organização dos núcleos que foram organizadores das falas expressas pelos sujeitos.

Compreendendo os sentidos como construções produzidas sempre entre sujeito e seus parceiros relacionais, buscou-se num primeiro momento, fazer um mapeamento das principais zonas de sentido que apareciam no *corpus* (diário de campo, entrevistas, material narrativo, etc.). Entende-se aqui o termo *zona* como um espaço de sentido pouco delimitado e fluido, que perpassa e constitui outros sentidos, sendo inviável uma delimitação precisa de onde termina uma zona e começa outra.

As zonas de sentido aqui elencadas refletem os temas em torno dos quais as falas se organizaram mediante o roteiro de entrevista realizado com os sujeitos. Tais zonas correspondem aos tópicos do roteiro e, portanto, aos objetivos do estudo, sendo elas:

- a) Abrigamento;
- b) Família biológica;
- c) Saída;
- d) Perspectiva de futuro.

A partir da primeira localização das falas segundo as zonas de sentido, partiu-se para a identificação dos núcleos de significação. Os núcleos surgiram a partir dos pré-indicadores identificados nas falas das entrevistadas e foram agrupados em núcleos de significação a partir de suas similaridades, complementaridade ou pela contraposição com outros indicadores.

Para chegar ao nome de cada núcleo, primeiro organizou-se um conjunto de conteúdos

expressos pelos sujeitos, pois segundo Aguiar (2009), a própria construção dos núcleos já constitui um movimento de análise, uma vez que o pesquisador busca na fala dos sujeitos aquelas questões que mais os mobilizam, as quais, em última instância, “falam dos sujeitos”.

O passo que se seguiu à identificação dos núcleos foi o aprofundamento da análise ou a análise propriamente dita. Para apreender as determinações que constituem as formas de significar, se faz necessário identificar quais as motivações e necessidades que as constituem, para poder falar dos sentidos e do processo de produção de tais sentidos, passo que foi fortemente sustentado pelo método de Inserção Ecológica que permitiu trocas tornando os processos ocorridos no contexto compreensíveis à pesquisadora.

Aguiar e Ozella (2006) falam que a partir destas leituras “irão emergindo temas os mais diversos, caracterizados por maior frequência (pela sua repetição ou reiteração), pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas, etc.”. Diante da diversidade de conteúdo, o método recomenda articular as questões/conteúdos contidos nos núcleos com o próprio discurso do sujeito, com sua história (aquela expressa nesse momento), buscando aí determinações, contradições e relações. Assim, as falas, conteúdos e emoções do sujeito, organizadas em núcleos precisaram ser articuladas com o processo histórico que as constitui, enfim com a base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade, para então explicitar como o sujeito transforma o social em psicológico e assim constitui seus sentidos.

Aguiar (2009) ressalta que tais núcleos jamais devem ser analisados separados uns dos outros, deve-se, portanto, compreender o objeto como processo, considerando-o no conjunto de suas relações. Assim separa-se os núcleos de significação para em seguida reintegrá-los no seu movimento e então apreende-los de forma mais global e profunda.

Feito isto, buscou-se compreender como cada sujeito falava e construía sentidos diferentes sobre cada um dos temas levantados, ou seja, como cada um descrevia a situação de abrigo, a família biológica, a saída da instituição, suas expectativas de futuro, etc. Assim, iniciou-se um terceiro e último momento, o diálogo entre os sentidos produzidos pelos adolescentes e membros da instituição dando visibilidade ao peso que os sentidos produzidos têm na vida não só dos adolescentes entrevistados, mas na de todos ali presentes, sentidos muitas vezes ambivalentes e contraditórios.

A partir dessa etapa, passa-se para o momento de articulação, sendo possível perceber segundo Aguiar e Ozella (2006) as modificações e incongruências sofridas ao longo dos processos de atribuição de sentidos o que possibilita uma análise consistente, pois, além dos elementos manifestos, o que é verbalizado permeia tanto o que é subjetivo, quanto

contextual e histórico, permitindo uma ampliação do foco de entendimento dos produtos do discurso – sendo assim, adentra-se a esfera do interpretativo dos núcleos resultantes. Os núcleos resultantes devem expressar os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente, que revelem as determinações constitutivas do sujeito (AGUIAR, 2006).

Deste ponto em diante o que prevalece é a possibilidade de análise intra-núcleos que, depois de organizados, compreendidos os núcleos individualmente é necessário que se passe para a esfera inter-núcleos, articulando-os. Certamente isso fornecerá um vasto repertório, muitos elementos para a discussão. Não se pode deixar de mencionar que a referida análise precisa levar em consideração muito mais que a fala do sujeito, deve considerar também todo o contexto sócio-histórico em que o sujeito está inserido e que circunscreveu todos os movimentos de construção desse sujeito e de seus sentidos, daí a escolha pela Teoria Bioecológica para fazer estas articulações entre pessoa, contexto, tempo e processo e as implicações de suas relações no micro e mesossistemas.

3.7 Cuidados Éticos

Um dos aspectos éticos mais observados ao longo da pesquisa diz respeito à participação de sujeitos – adolescentes – em contexto de vulnerabilidade pela própria condição de ser adolescente e estarem abrigados por um longo período e pela mobilização que o processo de saída poderia suscitar. O presente estudo seguiu todas as diretrizes para realização de pesquisa envolvendo seres humanos, tendo iniciado somente após a obtenção de parecer favorável à realização da mesma, pelo CEP/UFAM. (ANEXO V)

Este estudo não envolveu qualquer situação de risco aos sujeitos voluntários nem aos seus responsáveis. Estes receberam as devidas orientações quanto aos procedimentos relacionados à pesquisa e a garantia de receber, a qualquer momento, respostas para qualquer pergunta ou dúvida quanto a mesma. Não houve remuneração por participação, nem qualquer custo para os participantes da pesquisa considerando que os mesmos foram entrevistados na instituição (adolescentes e profissionais) ou em local proposto segundo disponibilidade dos sujeitos.

Foram adotados os devidos cuidados éticos e as orientações da Resolução N° 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas com seres humanos e grupos vulneráveis, assegurando a integridade, a dignidade e o respeito à autonomia dos participantes.

Para sua inclusão na pesquisa foi necessário que os voluntários adultos assinassem o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constando todos objetivos da pesquisa e demais esclarecimentos do processo sigiloso desse trabalho. No caso dos adolescentes, também se fez necessário uma autorização devidamente assinada pelo responsável legal. Não foi realizado nenhum tipo de registro que permitisse a identificação de qualquer participantes.

Ainda que a participação fosse voluntária e mediante pleno conhecimento acerca do tema a ser abordado, caso houvesse identificação de alguma demanda no decorrer deste estudo, que necessitasse de acompanhamento especializado, a pesquisadora se comprometeu desde o primeiro momento, em assegurar a oferta de suporte/atendimento já que a mesma possui formação compatível para prestar tais orientações ou acompanhamento psicológico. O mesmo se fez necessário quando os demais meninos da instituição, mais novos e que portanto, não correspondiam com os critérios de inclusão na pesquisa, tiveram interesse e curiosidade em saber sobre o que era conversado com os mais velhos. Então foi explicado novamente os motivos da pesquisadora naquele contexto e a partir disso foi combinado um encontro semanal com o grupo todo de adolescentes para serem abordadas as questões da pesquisa, para que todos tivessem a mesma oportunidade de participar e assim também promover a construção de novos sentidos sobre a situação de abrigo de cada um.

Quanto aos benefícios deste estudo, acredita-se que a partir dos avanços sobre a compreensão do tema de tamanha relevância social, aqueles que de alguma forma, participam do processo de acolhimento destes adolescentes na instituição se reconhecessem como atores implicados e responsáveis pela constituição de subjetividades autônomas e saudáveis, e isso foi possível e ficou muito mais evidente a partir dos encontros em grupo, inclusive em alguns momentos com a participação do coordenador, da assistente social, e outras vezes das estagiárias e orientados social.

Quanto à destinação e uso do material e dados coletados durante esta pesquisa, os mesmos foram utilizado apenas para fins científicos, ficando mantidos em sigilo e sob a guarda da pesquisadora responsável. Após sua utilização nesta pesquisa a gravação das entrevistas serão destruídas, mantendo-se apenas as transcrições das mesmas para futuras análises ou uso em novas análises, resguardados os mesmos princípios éticos.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados resultantes do longo do período de inserção no contexto ecológico da instituição de acolhimento. Os adolescentes entrevistados receberão um nome fictício de origem indígena para que se possa fazer-lhes referência. Em relação aos profissionais, os mesmos serão referidos como P1, P2 e P3, não sendo atribuídos a eles distinção por cargo ou função, bem como diferenciação etária ou de gênero, como modo de preservar a identidade dos mesmos. O capítulo é dividido em 4 tópicos, onde são apresentados e discutidos 1) a história dos adolescentes abrigados; 2) sentidos de saída do abrigo; 3) expectativas de futuro e 4) de dentro pra fora, de fora pra dentro: relação entre micro e mesosistemas.

4.1. A história dos Adolescentes

Durante o segundo semestre de 2010, realizou-se o levantamento de dados contidos nos prontuários dos adolescentes que viveram ou que ainda vivem na instituição, com o objetivo de obter informações que pudessem oferecer um perfil daqueles que ali se encontravam. Na época do levantamento, haviam 11 adolescentes abrigados, porém este número modificou-se durante a pesquisa devido à contínua flutuação da população por fugas, desligamentos e entrada de novos adolescentes. Ao todo foi possível ter contato com 17 jovens com diferentes histórias de vida e justificativas para a medida de abrigamento/acolhimento, conforme apresentamos de forma resumida, a fim de tornar a apresentação mais didática no quadro em anexo (Anexo VII).

Destaca-se, nesta pesquisa, a importância da “voz” dos sujeitos, como um dos elementos fundamentais na construção de sua subjetividade individual e social. Do ponto de vista legal, até a aprovação do ECA, a criança/adolescente não era reconhecida como sujeito de direitos, mas como um sujeito incompleto e incapaz, cujas necessidades deveriam ser expressas através da voz do adulto.

Para Vigotsky, cujo pensamento constitui forte base da psicologia sócio-histórica, o sujeito é único e individual, e se constitui a partir das tramas do contexto no qual está inserido. Essa concepção abre possibilidades bastante férteis para a investigação de um campo teórico em que o conhecimento, dinâmico, provisório e flexível, passa a ocupar o lugar de certezas positivas.

Mesmo na sociedade contemporânea, o espaço da fala da criança, ou mesmo do adolescente é preenchido quase sempre pelo silêncio. Na escola, por exemplo, o aluno fala quando solicitado pela professora, não há troca de experiências, pois acredita-se que o diálogo ameace a disciplina. Sucede o mesmo nos lares e em outros espaços em que as relações sociais se desenvolvem. No contexto pesquisado observou-se que a condição de ser adolescente abrigado impõe um silenciamento ainda maior, quando comparadas as oportunidades de expressão e participação de outros jovens no Centro Social com as poucas oportunidades dos adolescentes em acolhimento. Para Vigotsky (1984), conhecimento e afetividade não se separam, sempre caminham juntos. E é justamente na permissão da expressão da singularidade, da aceitação das diferenças, que o indivíduo pode crescer e florescer.

Barudy (2000) afirma que, em uma família sã e altruísta, cada membro tem como função confirmar a cada um dos demais sua condição humana. Os rituais humanos, compreendidos por ele como uma forma de conversação, são os reguladores dos intercâmbios sociais. Se eles falham, haverá uma quebra no sistema de apego que regula as emoções. Para este autor, ouvir a criança, ou no caso da presente proposta, o adolescente, e suas necessidades é adentrar um mundo novo e particular. Ali se encontra uma pessoa em um estágio diferente do adulto e, por isso mesmo, apresenta necessidades e desejos que já foram dos adultos, atualmente tão distanciados que não são mais capazes, ou não podem, ouvi-los ou percebê-los.

Ouvir este sujeito que se forma, significa fazer questionamentos e uma reavaliação da postura de autoridade. Exige do posturas “não-adultocêntricas” e humildade para reconhecer as diferenças pertinentes às diversas formas de ser e estar no mundo, sendo algumas delas ser criança ou adolescente. Isso nem sempre é fácil, pois pode significar, na fantasia do adulto, a perda do poder, da autoridade, além de proporcionar espaço para possível expressão do sofrimento e do descontentamento.

Vigotsky (1984) refere-se à capacidade de transformação do ser humano na perspectiva dialética, ao homem como ator de sua própria história. É na relação entre os sujeitos que as mudanças podem ocorrer. Transformando e sendo transformados, os sujeitos constituem-se historicamente.

Através de um material rico de significados construídos em nossas inúmeras conversas e contatos, até mesmo em nossos muitos silêncios, também repletos de significados, foi possível apreender alguns núcleos de sentidos interligados que impregnam tanto as entrevistas como o material narrativo produzido com o diário de campo. Estes núcleos

esboçam jogos de forças e sentidos, sendo construções negociadas entre os vários interlocutores que entram em cena para a construção de sua subjetividade, neste momento particular da saída do abrigo, cuja metáfora escolhida para sua representação é a saída da sombra. Os dois entrevistados correspondiam ao perfil delimitado no critério de inclusão dos sujeitos. Ambos vivenciaram, durante a inserção ecológica da pesquisadora no contexto do abrigo, o processo de desligamento com dois sentidos distintos, passíveis de compreensão a partir de suas histórias e das demais falas. Foram escolhidos nomes de origem indígena, atribuídos pela pesquisadora para representar cada um dos jovens, segundo a forma como foram percebidos no processo da pesquisa.

4.1.1. Sami – o que tem “olhar inquieto”

Sami sempre se mostrou muito quieto e tímido. Fala pouco, dificilmente olha nos olhos e raramente participava das atividades propostas pela instituição. Porém parecia estudioso, tirava boas notas e sempre estava pontualmente arrumado para escola. De início, não foi cogitada sua participação na pesquisa, mesmo porque era um dos meninos com o qual se tinha muito pouca proximidade e inicialmente não estava vivenciando o processo de desligamento. Um certo dia ao ser informada por profissional da instituição que haviam conseguido contato com a madrastra de Sami, que se encontrava em Manaus de passagem para assuntos de tratamento de saúde, a pesquisadora soube, mesmo antes do jovem, que este seria desligado e encaminhado ao pai, em outro município do Estado. Como dois adolescentes em processo de saída haviam desistido de participar como sujeitos, Sami foi convidado a participar e para surpresa da pesquisadora pela sua tímida participação nas atividades do abrigo, o mesmo foi muito receptivo quanto à sua inclusão na pesquisa.

Sami se encontrava há quase 3 anos na instituição, apesar de ter ambos os genitores vivos e saber onde se encontravam – diferindo da maioria dos meninos ali. Todavia, o contato com ambos – pai e mãe – era inexistente. Seu pai mora no interior, com uma companheira e filhos dessa relação, enquanto sua mãe mora na capital com um companheiro. O contato com o pai havia sido interrompido há mais de dez anos, com registros de episódios com violência. O contato com a mãe, usuária de álcool e drogas ilícitas, foi interrompido após vivência familiar conflituosa antes do abrigamento, incluindo episódios de violência mútua. A difícil relação com o padrasto também agravava a configuração familiar no núcleo materno de Sami.

O fato das famílias não procurarem contato algum com seus filhos no abrigo é algo comum a praticamente todos os presentes, o que evidencia mais uma vez a invisibilidade

social que estes vivenciam nas diferentes instituições - família, escola, instituição de abrigo - bem como perante a autoridade judicial, os colegas, os educadores, alguns dos técnicos e os funcionários. Considerando a importância atribuída por Bronfenbrenner (1986) ao microsistema familiar, identifica-se a condição de fragilidade que constitui esses sujeitos.

A invisibilidade é a categoria que mais se evidencia e se concretiza em diversos contextos para todos os adolescentes. No caso dos adolescentes institucionalizados, agrava-se à invisibilidade por parte da família, outros modos de não-visualização dos mesmos. A institucionalização cria um espaço para a construção de uma categoria de adolescente *ignorado*, sem voz, duramente castigado pelas dificuldades e uma condição econômica, familiar e psíquica desprivilegiada e que muitas vezes por conta desta história de vida, sofrem com a atitude preconceituosa, excludente e violadora de direitos por parte daqueles que deveriam promover a inserção social e garantir os seus direitos.

“as vezes pela própria aparência eles são julgados, por serem meninos que estão em abrigo - ah quem tá em abrigo é o que? Quem cometeu algum crime, ou furtou, ou é usuário de droga. E a gente sabe que muitos não estão aqui por esses motivos, mas sim por outros. São questões familiares que não tiveram estrutura. E tanto aqui como lá fora ainda existe essa cultura de que eles estão aqui para pagar por alguma coisa.” (P1)

“O que eu percebo é que os meninos do abrigo, além desse rótulo, eles são discriminados, na hora da alimentação, da refeição, se um menino do abrigo quer mais um pouco: - Ah não tem mais, não dá mais. Mas para as outras pessoas que nem são daqui da instituição, tem. Então existe essa discriminação.” (P1)

Com isso percebe-se que a própria instituição e outras pessoas com as quais os adolescentes se relacionam no que para ele se organiza enquanto microsistema na ausência da família, parecem não acreditar na possibilidade de crescimento por não parecerem trazer consigo os recursos necessários para um desenvolvimento positivo. Aqueles que mais necessitam de investimento são os que menos recebem, pois os que têm um história de vida menos fragilizada, são vistos como dotados de maiores possibilidades e parecem contar com

um apoio maior com expectativas de futuro um futuro mais promissor.

A morosidade do sistema judiciário e a burocracia das instituições aliam-se a outros fatores que dificultam que um adolescente abrigado seja retirado dali pela família de origem ou por uma família substituta, como é o caso de Sami que já havia extrapolado os dois anos estabelecidos como tempo máximo para a condição de acolhimento institucional, em defesa ao direito à convivência familiar preconizado pelo ECA (BRASIL, 1990). Com isso, o espaço que deveria ser apenas temporário torna-se, para a grande maioria deles, permanente e sem perspectiva de mudança. Isso contraria a proposta do ECA, que enfatiza o caráter temporário da permanência em instituição que, embora, exista para garantir a proteção aos direitos da criança e do adolescente, não encontra nas práticas ações que expressem efetivamente a Doutrina da Proteção Integral.

A invisibilidade de meninos como Sami encontra-se no exossistema pela falta de políticas sociais e fiscalização dos organismos gestores, no microssistema familiar e também no próprio microssistema abrigo. Estes, em geral, pautam-se por uma mentalidade de ênfase aos problemas e fracassos, ao invés de comprometer-se a estimular o potencial dos adolescentes, oferecendo-os as devidas condições materiais ou emocionais para que suas competências se concretizem (COSTA e ASSIS, 2006).

“Aqui eles só pensam assim, ou é família biológica ou é família substituta. E a gente sabe que um menino desse não é fácil alguém querer adotar, isso é praticamente impossível. Assim como é muito difícil essas famílias biológicas aceitarem esses meninos. O que eu acho é que o abrigo tinha que funcionar como uma terceira via, como uma outra possibilidade, fora da família biológica, fora a família substituta. Tinha que se criar condições para eles criarem a família deles, para eles saírem daqui ao ponto de conseguir viver por conta deles, mas de uma maneira saudável.” (P2)

Embora a invisibilidade esteja dolorosamente expressa nas falas e vivências dos adolescentes da instituição, nem todos aceitam passivamente essa condição e buscam tornar-se visíveis de várias formas. E a transgressão relatada parece representar uma dessas formas de negação da invisibilidade. Há os que não se assujeitam às condições institucionais que os excluem e ignoram. Eles marcam sua presença, principalmente através das fugas, das brigas,

das reclamações, dos xingamentos, entre outras formas também possíveis para mostrar que suas necessidades e desejos não estão sendo considerados.

A emoção passa a ser uma condição permanente do sujeito. No entanto, um aspecto central, é o de considerá-lo como sujeito da emoção. A emoção é uma condição permanente na definição do sujeito. A linguagem e o pensamento expressam-se a partir do estado emocional de quem fala e pensa (GONZÁLEZ REY, 2003). Abordada nessa perspectiva, a transgressão que se verifica dentro das instituições, representada pela quebra normas e regras ali vigentes, apontam, na verdade, para um indivíduo que busca sua autonomia e cria um novo sentido para seus conflitos, a fim de manter a saúde física e mental. Na limitação do espaço institucional, é na transgressão que o indivíduo encontra a possibilidade de tornar-se sujeito.

O sentido da transgressão, na sua contradição representa, no contexto institucional, a única forma possível naquele momento de não assujeitamento aquela realidade que insiste em fazer curvar, em submeter o outro; sem levar em consideração a sua singularidade. O sujeito representa um momento de contradição e confrontação não somente com o social, mas também com sua própria constituição subjetiva que representa um momento gerador de sentido de suas práticas (GONZÁLEZ REY, 2003).

Eles falam, expressam com o corpo, com pedidos, com olhares, com o descaso durante as atividades o sentido do abandono vivido. É visível, no entanto, o “ensurdecimento” e a “cegueira” do adulto, que, temeroso de perder o controle da sua autoridade, ou de entrar em contato com seu próprio abandono, nega-se a percebê-lo no outro. Isto ocorre principalmente por parte da direção.

Ao ser perguntado sobre suas atividades na instituição, Sami expressa sua insatisfação por não ser ouvido, por não ter suas necessidades atendidas:

“Não gosto de nada que fazem aqui, eu não sou de luta não (referindo-se ao jiu-jitsu e capoeira), gosto mesmo só da bola, quando tô afim vou lá pra cima jogar com os meninos. Eu queria mesmo era poder participar dessas aulas do PAAET, começar um estágio, a senhora não consegue alguma coisa pra mim não? Um trabalho, estágio? ...Todo tempo é a mesma coisa, a gente pede pra participar, eles dizem que vão chamar no outro semestre, mas nunca dá...” (Sami)

A insuficiência de condições estruturais, a dificuldade de acesso às escolas, às vezes até por falta de documentação ou valor do transporte, a inoperância dos papéis atribuídos aos técnicos, o desinteresse dos dirigentes superiores em estimular e orientar funcionários e educadores para uma ação mais efetiva, são principais fatores que impedem a construção de renovadas e importantes estratégias a partir das necessidades apontadas pelos próprios adolescentes. Cabe ao Estado, à comunidade e à sensibilidade daqueles que convivem com eles assegurar-lhes que isto é possível, proporcionando-lhes no mínimo espaços de escuta, pois a maioria dos meninos que ali se encontram, parecem não mais acreditar nesta possibilidade.

A invisibilidade, em certa medida, faz-se presente também na relação com a autoridade judicial competente, porém, os adolescentes não demonstrarem medo ou temor diante dela. Ainda que não seja representada por eles como punitiva ou coercitiva, surge algumas vezes em suas falas associadas a sentimentos como raiva ou indignação, quando se sentem impedidas no atendimento de certas necessidades suas, inclusive, porque já possuem entendimento que isso prejudicaria seu desenvolvimento.

Um fato relatado por P1 referindo-se à decisão judicial referente ao retorno imediato de um adolescente à sua família, evidencia algumas dificuldades que atravessam o processo de desligamento, quando não consideradas as condições do adolescente:

“Tem uma série de questões que envolvem o adolescente, passa mil coisas na cabeça dele: Como que vão me receber? Será que vão me tratar da mesma forma? Será que vão me bater? Será que vão me escurraçar? Será que vão me xingar? Tudo isso passa pela cabeça dele. Porque ele saiu de lá por um motivo, ele aprontou e a família não o quis mais, fechou as portas... Então pra mim (...)é complicado, pra eles também. Pra instituição não, a instituição que eu digo, é assim, para algumas pessoas, pra direção é muito fácil. Tanto é que com o adolescente X foi assim: da primeira vez, pegou o menino botou dentro da Kombi e vai com teu pai.” (P1)

A autoridade cumpria seu papel, seguindo as regras julgadas coerentes com o bem-estar do adolescente. Cada um via uma face das circunstâncias e do papel ocupado, de um ângulo diferente. A invisibilidade manifesta-se quando ao adolescente não foi perguntado o

que era mais importante para ele. Não foi levado em consideração uma série de questões que envolve o retorno do jovem para o ambiente da família. O que prevalece é o que o adulto, a autoridade, acredita que é mais importante. Portanto, nesse momento, o adolescente desaparece como sujeito para dar lugar a um “sujeito assujeitado”, nos termos de González Rey (2006). Dada sua condição, ele não pode contrapor-se ao adulto ou mesmo expressar seu desejo, principalmente quando se trata de uma autoridade, no sentido formal, ainda mais se esta for uma autoridade judicial.

Adolescentes como Sami desempenham um papel marginal, não só na instituição, mas também no contexto social maior, enquanto o adulto exerce sobre eles uma autoridade que é considerada natural. Não participam quase nunca (ou são excluídos), das relações sociais ou familiares, inclusive daquelas que lhe dizem respeito. Existe um predomínio por demais evidente de uma concepção de incapacidade e inferioridade por parte dos adultos, o que vem explicar o exercício da autoridade, por vezes, se não na maioria delas, arbitrária por parte do adulto que se considera superior a ela. E o dispositivo sugerido é, mais uma vez, o de exclusão e não participação:

“Não é fácil, porque as vezes os meninos não querem (sair), e ficam aqui até os 18. E por isso a gente não tem uma política interna de desligamento, então o menino fica, mas não tem nada que oriente o instrutor e nada que oriente o menino. E aí a gente não tem um instrumento que diga, olha baseado nesse regimento interno com 17 e pouco você tem que sair, por isso e isso. Não tem, isso é o “calcanhar de Aquiles”. (P3)

Nos abrigos no que concerne às necessidades básicas, como alimentação, higiene, cuidados com a saúde, entre outras, os adolescentes são, sim, na maioria das vezes, atendidas (RIZZINI, 2004). Todavia, raramente o são quanto ao amparo afetivo. E essa afetividade é precisamente um dos elementos mais importantes para que o sujeito possa tornar-se visível. Para que se possa perceber o outro, é necessário que cada um saiba o que isso significa, o que significa ser visível ao outro. Portanto, a visibilidade que se tem do outro depende, em parte, da visibilidade vivida pelo indivíduo. Percebe-se o outro na medida de como se foi percebido pelos olhos das outras pessoas e de como essa visibilidade, ampla ou restrita, incorporou-se à subjetividade de cada um.

Sami tem “olhos inquietos” por parecer não saber muito bem o que está acontecendo em sua vida. Não é informado a respeito do andamento do processo do seu desligamento.

Ninguém conversa com ele de forma a esclarecer a sua verdadeira situação. Suas informações são dúbias e confusas - exatamente como são passadas a ele, como se pode perceber no seguinte diálogo:

“- Então você já falou com algum familiar, com seu pai ou sua tia (como ele se refere à madrasta), para saber quando você vai poder ir morar com eles? (Pesquisadora)
- *Não, por enquanto ainda tô só aguardando, nem sei se isso vai rolar mesmo... Tá com dois dias que era para ela vir aqui conversar com a Assistente Social, mas ela não vem. Eu só soube que ela estava aqui na cidade por conta de doença, veio se tratar e aí ficou de vir aqui pra ver se me leva pra morar com eles. Parece que vão entregar todo mundo, todo mundo que tiver família vai ter que ir pras suas casas. Parece que foi ordem do juiz.” (Sami)*

A autoridade judicial preocupa-se com o destino dos meninos, mas com o destino que *ele julga conforme a lei* eticamente correto. Novamente a voz do sujeito é silenciada. As decisões que os envolvem são tomadas à sua revelia, sem que eles tenham a chance de conhecer previamente as mudanças que irão acontecer em suas vidas, a fim de que possam elaborá-las gradualmente. A transferência de um sistema para outro não significa apenas a alteração de um espaço físico, mas uma intervenção em um conjunto intrincado de relações que ali foram tecidas, muitas delas com fortes vínculos afetivos que podem alterar toda a dinâmica de construção da subjetividade desses meninos. Daí a necessidade de se pensar e construir outros sentidos para a saída dos adolescentes, uma terceira possibilidade para o futuro que contemple outros microssistemas, contextos além da família de origem e da substituta.

“Tem famílias que não dá pra o menino voltar, tem casos que o menino vai ter que começar do zero, vai ter que se pensar numa outra maneira desse menino sair daqui do abrigo. Porque a família não quer ele, ele muito menos, não quer a família. Então, o que vai fazer desse menino?” (P2)

Deixá-los sem informação sobre aquilo que os espera, impedi-los de participar da própria vida, é tratá-los como objeto, “coisa”, submetidos unicamente ao poder do adulto, negando não apenas a autonomia, mas interferindo na elaboração de um projeto de vida (COSTA e ASSIS, 2006). A coisificação do outro configura-se quando esse outro é utilizado como um meio para atingir um fim, uma atitude de desvalorização. Todo ser humano precisa ser reconhecida como sujeito. Mas, o que se constata nestes casos, é o predomínio da voz do adulto, que cala o adolescente. Este finda por se submeter, na maioria das vezes, com receio de fazer ouvir a sua voz, as suas necessidades, temendo as consequências da reação daqueles considerados mais fortes.

Não só a invisibilidade, mas também o desrespeito, o preconceito e a negação dos direitos e da subjetividade também se dão em outros ambientes ecológicos, como é o caso da escola, o que pode ser constatado na seguinte fala:

“Na escola, por exemplo, quando você chega para matricular e diz “ele é do abrigo”, pronto a fisionomia da pessoa já muda ..Chega fazem assim (arregalando os olhos), vão pra trás, aí começa: “mas eles não cometeram nenhum delito, não são usuários de drogas...”. A gente tenta justificar, mas a imagem que têm é essa, mesmo que aquele que mora com a família tenha um comportamento como esse que não mora com família, mas ele tem uma mãe, ele tem um pai, que se acontece alguma coisa tem quem chamar.”(P1)

Evidencia-se nesta atitude relatada, o estigma da internação ao qual se refere Goffman (1988). A professora, ou gestora despreparada, com dificuldade de lidar com o diferente, não consegue dimensionar a gravidade de sua atitude e o que isso pode significar na construção da subjetividade desses meninos. A escola é uma instituição que deve não só transmitir conhecimentos mas também favorecer a construção da auto-estima, de valores. No entanto, em sua contradição, é também aquela que humilha, segrega, expõe e desrespeita.

Nestes casos considera-se uma postura que reflete o paradigma da criminalização do adolescente institucionalizado, o qual há muito tempo deveria estar ultrapassado. Para Morin (2006) os paradigmas são princípios “supralógicos” de organização do pensamento, princípios ocultos que governam nossa visão de mundo, que controlam a lógica de nossos discursos, que comandam nossa seleção de dados significativos e nossa recusa dos não-

significativos, sem que tenhamos consciência disso.

Quanto a esses paradigmas, pode-se afirmar que residem ocultos em nossa sociedade, influenciando nossas percepções e comportamentos, sem que possamos percebê-los, já que, por estarem tão intrincados com os valores e padrões dos nossos contextos sociais, acabam passando despercebidos por nós; porém, atuam significativamente nas nossas falas e comportamentos. Para exemplificar essa questão, pode-se pensar em uma série de terminologias, formas de tratamento para nos referirmos aos adolescentes que vivenciam estas condições, que denotam muito mais uma visão pré-conceituosa, limitante e que enfatiza mais as condições ou os motivos pelos quais se deu o acolhimento, do que a pessoa em si. Diante disso, espera-se que as novas concepções do pensamento complexo permitam, de fato, esse novo olhar sobre o adolescente institucionalizado ou regime de acolhimento, e não mais o contrário.

O sofrimento vivido pela negação de ser reconhecido socialmente representa o que Sawaia (1995) denomina sofrimento ético-político. Ao se sentirem desprotegidos, pela exclusão, recai sobre eles um sentimento de incapacidade, que os impede, na maioria das vezes, de reagir a um mundo ameaçador e frustrante. Ficam paralisados seus movimentos na construção de novos sentidos que lhes possibilitem a criação de um movimento constante, transformador e complexo.

Sami, com seus olhos inquietos expressa o que pode ser traduzido como uma preocupação a respeito de seu futuro, ao ser desligado da instituição: paradoxalmente, em sua invisibilidade, é possível pertencer a um microsistema, ainda que frio e alheio às subjetividades. Desligar-se deste microsistema implica, então, em perdas e futuros não passíveis de dimensionamento para Sami, em sua atuação condição

4.1.2. Piatã – o “forte”

O contato com Piatã foi muito mais fácil e descontraído desde os primeiros momentos da pesquisadora no campo, se comparado aos demais jovens. Apesar de tímido, nossas conversas sempre foram mais ricas e produtivas em termos de verbalizações. Por estar se organizando e planejando sua saída da instituição após sete longos anos de permanência, Piatã encontrava-se exatamente no momento de transição ecológica entre o microsistema abrigo e o meio aberto. Já possuía 19 anos quando foi entrevistado, tendo permanecido no abrigo mesmo após a maioridade. Ele não vislumbra a possibilidade de contato com a família biológica. Semelhantemente aos outros rapazes, durante todo o tempo de permanência na instituição nunca recebeu visitas nem manteve contato com parentes. Com

isso, o vínculo com os familiares de origem se esvaiu completamente. Piatã organizou sua saída procurando, junto com mais 3 colegas, todos do abrigo, uma moradia para alugar um espaço ali próximo ao abrigo. Dividiram as despesas para passar a morarem juntos. Um dos jovens, já com a idade de 22 anos, ainda permanecia no abrigo.

Piatã conta que quando criança morava com a mãe e 4 irmãos, sendo o caçula deles. Nunca conheceu o pai e tampouco tem informações a seu respeito. Tem poucas lembranças da genitora, que faleceu quando ele tinha 5 anos de idade. Residiu juntamente com 3 de seus irmãos com uma tia materna e um primo. Tinha uma irmã mais velha que não pôde assumir seus cuidados por já possuir família própria. Aos 8 anos começou a faltar aula com o intuito de tomar banho de igarapé ou ficar brincando pelas ruas, na companhia de colegas mais velhos. Na época estudava em escola particular e era repreendido pela tia devido às queixas escolares sobre suas faltas. Em torno dos 10 anos, faltava aula para ficar passeando de ônibus pela cidade. Gostava de conhecer pessoas diferentes e observar coisas novas. Fugas de casa começaram a ser constantes pois gostava da sensação de liberdade e autonomia que sentia ao estar “por conta própria” no centro da cidade. Ali passava a maior parte do tempo “aprendendo muitas coisas novas” como a venda de mercadorias no sinal de trânsito. Passava a maior parte do tempo na companhia de grupos constituídos de meninos de diferentes idades e histórias de vida.

“Tinha uns que a mãe batia, tinha outros que era explorado pela família, que tinha sido abusado, que usava droga, que cheirava cola, que roubava, tinha de tudo! Mas eu nunca roubei nem usei nenhuma química”. (Piatã)

Nesse contexto vivenciou muitas situações com as quais teve que se adaptar e que considera terem sido de muita importância para sua sobrevivência na rua. Como por exemplo a vantagem da convivência em grupos por questão de proteção, ter noção quanto o movimento diferenciado da violência de um bairro para outro, quanto aos horários “que as coisas acontecem” (referindo-se a abusos físicos, sexuais e outros tipos de violência) e as diferentes maneiras de sobreviver e escapar dessas situações. Confirma-se o que Neiva-Silva e Koller (2002) apresentam sobre a rua como contexto de desenvolvimento, capaz de constituir referência de muitos processos integradores da subjetividade.

Ouvindo o relato sobre sua história de vida, antes mesmo de vivenciar a situação de abrigamento, observa-se a condição humana ou subjetividade construída nas e a partir das relações sociais e tais relações influem e transformam continuamente a realidade que cerca o

sujeito. As significações de Piatã são construídas na esfera social, de maneira que sua internalização dependerá da mediação externa, da relação com o outro. A transformação do social em subjetivo se dará sempre em um universo interpessoal, que se transforma em intrapessoal e intra-subjetivo, como resultado de um longo processo pelo qual o plano subjetivo é criado. Portanto, a intersubjetividade é um espaço de construção do sujeito e é este espaço que permite a produção de sentidos. (ANDRIANI; ROSA, 2002)

Uma situação que chamou atenção da pesquisadora refere-se à experiência na qual Piatã “aprendeu a identificar e escapar” foi a abordagem do Conselho Tutelar. Por diversas vezes foi pego pelo Conselho Tutelar e levado para a Central de Resgate ou Casa de Apoio. Segundo relata, os Conselheiros montavam uma espécie de estratégia para pegar os meninos, passando várias vezes na kombi para identificar os que eram novos na área, depois os conselheiros desciam e faziam a abordagem a pé enquanto a kombi ia para outro lado.

“...os meninos mais espertos, que já estavam a mais tempo na rua corriam para se esconder, enquanto que ele e os outros mais novos ou com menos tempo em situação de rua eram “capturados”. Os conselheiros perguntavam se estavam com fome, se queriam comer, tomar banho, ir dormir num lugar legal e finalmente convidavam para dar um passeio. De primeira quando eu era novinho naquela área eles me pegavam direto, depois que aprendi a ver a kombi estudando os meninos, passando uma, duas vezes antes de fazer a abordagem eu já corria e me escondia”. (Piatã)

Eles eram levados para a Central de Resgate onde tomavam banho, eram alimentados e aguardavam enquanto as famílias eram comunicadas. Alguns fugiam antes mesmo da família ir buscá-los, outros eram entregues ao pais ou familiares, mas ao chegar em casa fugiam novamente, como era o caso dele. Isso aconteceu por diversas vezes e toda vez que chegava em casa levava uma bronca da tia e voltava para rua. Não relata nenhum evento de violência física mas sim que preferia a rua a ficar preso em casa.

Diante disso, fica evidente que o sentido atribuído à abordagem do Conselho Tutelar em momento algum é significada por Piatã como tendo sido protetiva. Muito pelo contrário, revela suposto despreparo para exercer o papel de garantir e assegurar a proteção daqueles que têm seus direitos violados, quando são vistos como “aqueles que capturam” os meninos contra sua vontade, como aqueles que, muitas vezes violam o direito dos quais deveriam

proteger, dado corroborado pelos resultados da pesquisa de análise diagnóstica de serviços sociais para adolescentes vulneráveis em Manaus (COSTA, PEIXOTO et al. 2010).

Num desses episódios de fuga e encaminhamento à família, Piatã relata que uma assistente social falou para sua tia sobre a possibilidade de encaminhamento para uma instituição de apoio, no caso o abrigo, e esta autorizou. Foi seu primeiro contato com o juiz e com o Centro Social. Neste primeiro contato ele tinha em torno de 12 anos, tendo permanecido apenas um dia no abrigo, fugindo em seguida para a rua novamente. Três outras tentativas foram feitas, nas quais ele cada vez passava mais tempo na instituição, até que numa dessas vezes ele resolveu permanecer, apesar da saudade que sentia dos amigos e da rua.

“foi uma questão de escolha, ou escolhia mudar de vida ou ia findar que nem meus amigos, se acabando tomando um tiro ou ficando cada vez mais seco, na droga, numa vida sem futuro. Aí resolvi ficar, foi o primeiro passo para a minha transformação!” (Piatã).

Diante dessa vida cada vez mais difícil, o abrigo é representado por Piatã como forma de *salvação*, o que também pareceu configurar para Sami, o outro jovem entrevistado.

Nesse momento percebe-se uma mudança significativa na forma de significar a situação de acolhimento, passado a perceber o contexto do abrigo como uma nova possibilidade de manter-se vivo, protegido, e por que não saudável. Reitera-se o que diz Vigotsky *apud* Aguiar (2006) ao falar desse processo de internalização, uma vez que, em função do processo de transformação que a realidade pode sofrer ao ser internalizada – daí a significação individual desta – tal processo deveria receber na verdade, o nome de “processo de revolução”. Justifica-se tal concepção uma vez que a internalização que ocorre não é uma simples transposição do social para o subjetivo. Ao contrário, esta sofre uma radical transformação em função das forças ou estratégias de reestruturação que o psiquismo necessitará fazer uso para lidar com novas informações, com as quais o indivíduo entrou em contato e são significativas para si; como consequência disso, passarão a fazer parte de seu repertório interno.

Como os sentidos são sempre múltiplos e até mesmo contraditórios. Apesar de apresentar um sentido protetivo, Piatã constrói também um sentido sobre o abrigo enquanto *fator de risco* também quando menciona situações de drogadição e violência entre os meninos.

“Aqui também é assim, um pouco, eu já vi muito menino, de todo jeito, que vem pra cá. Já cheguei lá no quarto e vi neguinho enrolando bagulho assim, na minha cara, mas sabia que tinha que ficar na minha... Pô, de repente ele fica sabendo que fui eu que disse, vai e me pega depois, me fura aí quando eu tiver dormindo.” (Piatã)

Embora logo em seguida fale que gosta muito de morar ali, principalmente pela convivência e pelo vínculos afetivos constituídos a partir dessa convivência. Esta relação de ambivalência - *abrigo como proteção/fator de risco* configura um jogo de tensões que irá aparecer em todo o material de análise produzido pelos diversos sujeitos entrevistados e observados, como sugere Costa (2007), referente à natureza complexa, dinâmica e processual da relação entre risco e proteção.

Este posicionamento diante do abrigo, parece gerar um forte sentimento de *gratidão* por parte dele e de alguns sujeitos, além de delinear uma espécie de *dependência afetiva e social*.

“as amizades, as coisas que aprendi aqui com o pessoal, os conselhos que o pessoal dá pra gente, eh... tudo que tu passa na vida é importante tudo que tu vive aqui ajuda a tu ser o cara que tu é hoje.” (Piatã)

Essa gratidão pela proteção recebida do abrigo, muitas vezes não muito efetiva e concreta, ecoa também no discurso da direção da instituição. Situando os adolescentes que ali permanecem como *privilegiados* pelos investimentos e cuidados que recebem tanto do abrigo como da sociedade, apontando para uma proteção que não é a garantida pela lei - Estatuto da Criança e do Adolescente, mas sim um *favor* que precisa ser retribuído de alguma forma pelos adolescentes. No diário de campo, registrou-se um evento comemorativo na instituição no qual um membro da direção proferiu a seguinte fala:

“Nós queremos agradecer as doações da comunidade e vocês (dirigindo-se aos adolescentes) devem agradecer a oportunidade de fazerem parte da família do Centro, pois tem muitos aí que não tiveram o mesmo destino e continuam pensando aí na vida.” (Membro da instituição)

Piatã, em suas ambivalências e contradições – processos possíveis e constitutivos da subjetividade, demonstra importantes processos de elaboração, elaboração subjetiva a partir do tempo necessário às suas vivências de transição ecológica – da casa materna à casa da tia, da casa da tia à rua, dos resgates pelo Conselho Tutelar ao abrigo, do abrigo ao futuro planejado -, demonstra ter reunido recursos para enfrentamento de suas adversidades, revelando uma força e otimismo diante dos projetos que, com satisfação, protagoniza.

4.2 Sentidos construídos sobre saída do abrigo

Segundo as falas produzidas e o período que compreendeu a inserção ecológica no contexto da pesquisa, observou-se que o processo de saída na instituição se dá de diferentes maneiras. Para alguns é possível vivenciar este processo de forma mais planejada. Tal planejamento não é exatamente favorecido por estratégias institucionais, mas pelo próprio adolescente, que em sua relação com o tempo e com suas vivências, gradualmente consegue se organizar e se preparar para este momento. Nesse tempo é possível observar a possibilidade de inserção dele em diferentes espaços sociais ou outros mesossistemas, como escola, cursos, estágios, trabalho, etc, além do processo de vinculação com diferentes sujeitos, o que parece também proporcionar uma segurança afetiva. O tempo institucional parece produzir sentidos diferentes para cada sujeito, bem como sua forma de lidar com ele também.

A leitura das falas produzidas permitiu a identificação de dois núcleos de significação em torno dos quais atrelavam-se outros. É interessante observar que, ainda que não fosse objetivo da pesquisa a busca por regularidades discursivas, um dos núcleos constituiu um sentido praticamente hegemônico entre os atores entrevistados, sejam eles adolescentes ou profissionais, independente da função que exercem na instituição. Os núcleos de significação identificados foram organizados a partir de duas zonas de sentido: **abrigo** e **saída**. Os núcleos de significação encontrados foram: a) a saída do abrigo é oportunidade de crescer e b) a saída do abrigo é sofrimento.

4.2.1 Saída do abrigo como oportunidade de crescimento

Piatã relata ter conseguido se organizar e se preparar para esse momento e portanto, enxergando sua saída de forma muito positiva, como uma oportunidade pra se desenvolver, pra dar continuidade à sua vida. Encara o abrigo como uma fase de aprendizado, de transformação, ganho muito positivo, pois possibilitou que ele adquirisse algumas

ferramentas necessárias para enfrentar as diversas situações com as quais vai se deparar fora da instituição, pois, o mesmo acredita que aprendeu muita coisa lá, referente a trabalho, curso, convivência.

“...vivia numa vida sem futuro. Aí quando resolvi ficar, foi o primeiro passo para a minha transformação!” (Piatã)

Em uma leitura bioecológica, pode-se compreender que o sentido atribuído à saída relatado por Piatã deriva dos elementos **tempo e processo**. Outras vivências suas relatadas também estiveram vinculadas à possibilidade de integrar experiências e elaborá-las, a partir de um tempo subjetivo tido como necessário e organizador, como sua permanência na rua, o período que necessitou até decidir ficar no abrigo, a primeira tentativa de saída do abrigo e o movimento de saída atual. Como relatou, esse jovem levou um certo tempo para se vincular à instituição, fugindo constantemente por inicialmente não encontrar sentido quanto àquele ambiente lhe proporcionar coisas boas. Posteriormente, tomou uma decisão diferente, conforme relata:

“depois comecei a fazer os cursos de informática, controle de estoque, participar dos projetos vai dando vontade de ficar, tu vai pegando amizade pelos meninos, pelo pessoal daqui...” (Piatã)

Suas vinculações e experiências com significado parecem ter favorecido que ele ficasse na instituição, em sua chegada. O tempo de saída de Piatã da instituição não foi determinado pelo mero alcance da maioridade. O jovem já possui 19 anos e, embora tenha tentado desvincular-se anteriormente, analisou que ainda não era o momento adequado e retornou, voluntariamente pro abrigo, onde foi recebido. O tempo necessário para Piatã reorganizar seus planos lhe foi permitido. Essa base parece ter favorecido a ele enxergar a saída como uma experiência boa, pois, faz uma leitura de que as mudanças ecológicas proporcionam crescimento e ele pretende dar continuidade a isso, projetando um crescimento lá fora também.

Além de Piatã, nenhum outro entrevistado organizou suas falas a partir deste núcleo de sentido.

4.2.2 Saída do abrigo é sofrimento

Em contrapartida, em outros momentos essa saída se dá de maneira brusca e precipitada, o que é visto, inclusive pela instituição como traumática. Isso aconteceu com Sami, o outro jovem entrevistado, o qual não teve esse tempo de preparação para se organizar e nem demonstrava haver elaborado internamente questões difíceis que envolviam sua ida ao abrigo. Durante a permanência da pesquisadora no campo, foi expedida uma determinação do juiz de que haveriam audiências concentradas e todos os adolescente que tivesse algum parente deveria ser reinserido compulsoriamente na família. O contato com o pai de Sami através de sua esposa deu início aos procedimentos para seu desligamento, ainda que nada tenha sido comunicado a ele. A partir do momento em que foi comunicado a respeito, inclusive de sua mudança de domicílio para outra cidade, o adolescente passou a demonstrar muita insegurança e ansiedade, pois tinha total desconhecimento sobre o que aconteceria na sua vida. Não teve a possibilidade de escolha, não teve qualquer interferência no processo que aceitava passivamente.

“já que vão devolver todo mundo pras suas famílias...”

(Sami).

Isto impactou o adolescente de forma completamente diferente do outro entrevistado. Enquanto o primeiro foi totalmente responsável pela sua saída, foi algo procurado e desejado por ele, o outro não tem poder de decisão nenhum sobre o que aconteceria na sua vida, já que não teve atos autônomos no planejamento, na participação da construção do momento de saída.

Atrelado ao sentido de sofrimento, encontra-se o sentido de saída como “devolução” do adolescente. Dessa forma o sentido de saída parecia ser algo extremamente negativo, desorganizador e que lhe trazia principalmente insegurança, pois aquele ambiente lhe proporcionava, mesmo que de forma precária, a vinculação afetiva, a inclusão social em espaços como a escola, trabalho, e esta saída representava a desvinculação do lugar que possibilita inclusão.

Outro sentido também em torno do núcleo de significação é o do medo. A vivência do medo em relação ao desligamento do abrigo parece estar ligada particularmente a dois fatores: a indefinição do novo lugar que lhe acolherá, o que não lhe permite uma avaliação calcada em elementos concretos sobre sua nova morada e falta de vinculação afetiva com as pessoas desse novo lugar, o modo como ele será recebido, as reações que isso vai despertar

nas pessoas que irão recebê-lo. Um total desconhecimento sobre o seu destino é vivido pelos adolescentes, até que a sua mudança realmente aconteça para a casa de qualquer parente que aceite recebê-los e quando estes não os aceitam isso acontece de maneira obrigatória.

O abrigo não conseguiu encontrar alternativas para que estes meninos pudessem deixar a instituição. A dificuldade é atribuída a vários aspectos: ausência de um programa de desligamento, o que no caso, adquiria um peso grande frente aos recursos disponibilizados desde o momento da chegada do menino na instituição e aos modos como equipe técnica e administrativa se posiciona e descreve o momento de transição. A fala de todos os participantes posicionavam os adolescentes como fragilizados e com dificuldades para enfrentar a saída do abrigo.

Para os profissionais entrevistados os sentidos construídos sobre o processo de saída do adolescente da instituição reservam algum antagonismo, mas predomina o sentido de que a saída como algo traumático, desestruturador e doloroso, sentidos também relatados. Nestes casos a saída deveria acontecer como uma consequência, uma etapa mais avançada do processo de acolhimento. Para isso a instituição deveria além de colher, preparar tanto o adolescente como a família na qual ele vai ser reinserido, e também acompanhá-los no processo de transição ecológica. Mas, infelizmente na maioria dos casos não é isso que se verifica. A instituição, por diversas razões, das quais se destacam principalmente as financeiras e gerenciais, não consegue atender minimamente o que preconiza o ECA com relação ao acolhimento, ressentindo-se da falta de condições.

Sendo assim o desligamento se configura de forma diferente para os diferentes meninos que estão ali inseridos. Realmente não existe um procedimento interno para que ele aconteça e por conta disso, esse momento é visto como “ponto frágil” da instituição. Os atores reconhecem a necessidade disso mas não se movem na direção de mudança para a criação destes procedimentos, nem refletem sobre as consequências que suas ações têm para todos os envolvidos no processo. Por conta disto os meninos vão permanecendo, por tempo indeterminado, até que algum fator extremo contribua ou force a sua saída, conforme a fala de um dos profissionais:

“eles se perdem aí dentro pela falta de procedimento, de pessoal, falta de tudo” (P3)

Esta quando ocorre dessa forma, é reconhecida por todos como algo negativo, é uma ruptura de vínculos, que acontece de forma violenta e sem a participação daqueles que deveriam ser os principais atores no processo. E o tempo para que esse desligamento, quando ocorra, seja visto como uma possibilidade positiva de desenvolvimento é algo muito

particular e depende de uma série de questões que vão além dos tempo dos dois anos previsto pela lei, ou da chegada da maioridade do adolescente.

“E é aquela coisa do tempo, cada um tem o seu tempo. E aí chegou no tempo dele... ou então ia ter que esperar fazer 18 anos. Mas ele achava que não, já tava no tempo dele. Se vai dar certo, se vai dar errado? Não sei, mas ele achava que estava certo.” (P2)

Em contrapartida, para alguns entrevistados, esse desligamento deveria acontecer como algo também previsto pela lei, mas como o cumprimento de determinação legal, de tempo. O que evidencia que o mesmo não é encarado como processo contínuo que terá como consequência a transição dos ambientes, de acordo com a concepção bioecológica, mas sim como um evento isolado e estático.

“ (...) a gente não tem uma política interna de desligamento, então o menino fica, mas não tem nada que oriente o instrutor e nada que oriente o menino. E aí a gente não tem um instrumento que diga, olha baseado nesse regimento interno com 17 e pouco vc tem que sair, por isso e isso.” (P3)

Essa falta de procedimento, de preparo, de continuidade nas ações e principalmente de comprometimento com a proposta de acolhimento preconizada no ECA, faz com que os adolescentes realmente prefiram permanecer naquele espaço, pois ali talvez eles se sintam menos ameaçados com relação à sua integridade física e psicológica. Mesmo porque em todos os espaços que eles ocuparam anteriormente, eles de alguma forma sofreram desrespeito, exclusão, preconceito. E parece que o abrigo, apesar de toda a sua precariedade, ainda é o único lugar no qual eles se sentem incluídos, se sentem seguros e acolhidos, como na fala de Piatã e de um dos profissionais:

“Morar aqui é tranquilo, assim... normal, melhor que tu tá na rua.” (Piatã)

*“uma coisa tem que ficar bem claro, para todo mundo, o que agüenta um menino aqui não é televisão, não é computador, não é cama, não é comida, não é lanche, não é sorvete, não é refrigerante, não é nada disso. O que agüenta as pessoas aqui é a relação, é o **porto seguro**, a referência deles.” (P2)*

A saída é apontada como algo necessário mas que também necessita de preparação para que aconteça, sendo imprescindível a tentativa de promover a reaproximação familiar e a resolução das situações que motivaram o acolhimento dos meninos, porém, a pessoa entrevistada reconhece que quando isso ocorre não é de maneira eficaz. Reconhece, inclusive, que se os motivos que fizeram os adolescentes saírem de suas famílias não forem “trabalhados” e ele voltar para este ambiente, suas consequências podem ser ainda mais negativas para este sujeitos:

“a gente não sabe como vai ser lá, esse convívio, porque ele já saiu de lá, ele já saiu desse contato com a família por uma situação, agora ele tá voltando. Aí fica, a família um pouco arredia, com medo dele agir da mesma forma como ele agiu para ter sido retirado desse contato.” (P1)

A saída formalizada é compulsória, é obrigatória e acontece de maneira súbita, de um modo improvisado e despreparado (nos mesmos moldes da entrada). Apesar de alguns profissionais não concordarem com essa prática, na maioria das vezes acabavam por desligar o jovem sem condições materiais e sociais de assumir uma vida autônoma, que passava por uma série de dificuldades para se sustentar, além, é claro, das implicações psicológicas deixadas pelo longo período na instituição, portanto, a saída não pode ser uma desvinculação com a instituição. O abrigo tem que se comprometer com o adolescente, por ser sua referência mais constante e significativa.

Diante disto, identifica-se que a saída tem um sentido positivo, pode ser vista como algo bom quando há preparação. Do contrário, quando não há preparação, quando o processo é feito de forma desvirtuada, ela é tão ruim que passa a ser encarada como punição, como expulsão daqueles que trazem à tona questões com as quais a instituição não dá conta.

“tomando como exemplo os desligamentos recentes, se eles não se comportam - como punição tu vais voltar para a tua família - esse momento representa para eles (os meninos) raiva, eles sentem raiva da instituição, - eu estou sendo punido porque não me comportei.” (P1)

Aqui identifica-se o sentido de proteção atrelado ao abrigo, ele é protetivo no sentido de oferecer um espaço de acolhimento e ser a única alternativa para aqueles que não tiveram outras oportunidades, por isso sair dele é temerário, sofrido ou até sinônimo de punição. A despeito deste sentido, deve-se pensar no abrigo ainda em sua prerrogativa de provisoriedade, cuidando para que este seja um período transitório e não se torne permanente, ainda que protetivo em algumas de suas dimensões.

Corroborando com esta idéia de que a preparação para a saída dos adolescentes é necessária, mas deve ser repensada e organizada de forma que promova o desenvolvimento mais saudável desses sujeitos, um dos profissionais entrevistados parecia enxergar o abrigo como um “porto seguro” do qual os meninos não devem sair enquanto não estiverem suficientemente “fortes” ou preparados para enfrentar as adversidades com as quais irão se deparar fora dali. No entanto reconhece que este “porto seguro” não exerce seu papel de garantir e promover os direitos básicos dos adolescentes, pelo contrário, em algumas situações, exclui o menino, expulsa aqueles com os quais não conseguem lidar.

“Eu acho que esse desligamento dele, na grande maioria das vezes, é uma coisa que ele recebe assim, com muito sofrimento. Porque, eh, preparado para esse desligamento eu te afirmo que ele não é. O que existe é assim, num momento de desespero, que você não sabe mais o que fazer, aí entra em contato com a família, e toma que o filho é teu...” (P2)

Nestes casos, a suposta proteção realizada pelo abrigo, que procura oferecer amparo, antagonicamente, pode acabar por privá-lo de determinadas experiências que seriam importantes num processo de transição e preparação para o desligamento. Por conta disso os jovens podem permanecer na instituição não porque recebem o investimento necessário, para desenvolverem habilidades e reconhecerem outras vias para a superação de suas dificuldades, mas sim como modo de serem poupados das situações de conflito e

adversidade, num excesso de proteção. Isto se deve também pela falta de compromisso da instituição com o desenvolvimento dessas ferramentas necessárias para enfrentá-las.

Durante a inserção ecológica, foi possível notar que os jovens pareciam ser encorajados a não sair. Contraditoriamente, alguns deles, mediante alguma negociação, conseguiram permissão para se organizar e receberam apoio para morar fora da instituição pois já haviam atingido a maioridade. A atitude de protegê-los, associada à falta de motivação e de expectativas de futuro, parecem dificultar ainda mais seu exercício de busca ativa da saída. Porém existem casos que mesmo diante dessa inoperância e impotência da instituição o adolescente consegue, muito mais por iniciativa própria, trilhar caminhos mais positivos como é o caso de um dos adolescentes participantes.

“Uns estão trabalhando de pedreiro, outros tão trabalhando de camelô, outros já casaram, tem filho, e outros tão fazendo faculdade, estão tocando a vida deles. Eu acho que é isso, agora a gente sabe, que tem meninos que passaram por aqui e não tiveram esse mesmo caminho, né. Agora, muito disso é pelos méritos deles, eles trilham por conta deles. É muito assim, na grande maioria das vezes é naquele momento, assim, de raiva, não se sabe mais o que fazer com o menino.”
(P2)

A ambivalência identificada nos sentidos produzidos sobre o momento de saída do adolescente da instituição revela quão dinâmicos e diversos podem ser os processos que auxiliam ou obstaculizam a transição ecológica dos jovens para outros contextos. Estes sentidos ao mesmo tempo que são positivos, por propiciar os vínculos afetivos, relações interpessoais mais saudáveis e promover a autonomia, quando não se oportuniza planejar e organizar, este momento tem um sentido totalmente oposto, muito negativo, por desestruturar o pouco que o adolescente conseguiu construir naquele ambiente. A ambiguidade parece ser encontrada no abrigo, pelo fato de viverem constantemente a tensão de, legalmente, mediar a saída do adolescente e, concretamente, defendê-lo de situações que o colocariam em risco.

Nessa complexa negociação de papéis e de limitações presentes na história de vida de todos os adolescentes do abrigo, eles permanecem bastante dependentes da instituição, algo que atrasa e dificulta decisivamente seu processo de desligamento. Esse fato faz com que fique cada vez mais distante a possibilidade real da saída. Porém quando pressionados

pelas autoridades, que reivindicam a volta para a família biológica, a instituição é obrigada a agir, apesar de que para os adolescentes isto aparece como última possibilidade, embora esse desejo também seja permeado por medo. O desligamento do abrigo representa, em parte, um momento que leva o adolescente a ter que construir novas referências e a embarcar num mundo desconhecido.

4.3 Expectativas de futuro de adolescentes após saída do abrigo

As expectativas dos adolescentes com relação aos seus futuros estão fortemente relacionadas à vivência que tiveram do momento da saída: quando as relações no microsistema apresentam-se mais fortalecidas e substanciais eles conseguem vislumbrar projetos para o futuro e fazer a transição para o mesossistema de uma forma positiva, ao passo que se as relações no microsistema se configuram frágeis e são esvaziadas de sentido, a transição fica muito mais comprometida e eles não conseguem fazer essa passagem para o mesossistema. Seus projetos se tornam pouco elaborados, não conseguem vislumbrar alternativas para sua situação, não falam de relacionamentos ou vinculações afetivas, não se reconhecem nem mesmo como protagonista da sua história. Possuem expectativa de futuro muito relacionadas com a própria instituição, apenas dentro das possibilidades de estágios e cursos oferecidos neste microsistema.

Durante a entrevista com Sami, o adolescente de olhos inquietos, ao ser perguntado sobre como ele achava que seria sua vida morando fora da instituição, ele pouco conseguiu verbalizar, sentia-se principalmente amedrontado com essa nova possibilidade:

“não sei, normal, mas acho que vai ser difícil se acostumar sem o pessoal daqui... Eu tenho medo deles me tratarem mal, de não me acostumar lá, eu não sei... tem que estudar, né, aqui eles falam muito pra gente isso, só com estudo se vence na vida, então eu quero terminar meus estudos, pra arrumar um emprego, ter minhas coisas...”
(Sami)

Ao contrário deste, o outro adolescente que projetou e procurou sua saída, conseguia fazer planos muito mais elaborados, mais concretos, com objetivos possíveis de serem alcançados, ele pensava em entrar num curso pré-vestibular, fazer faculdade, já tinha

escolhido a profissão que gostaria de exercer e sabe que para isso precisa de segurança tanto no trabalho, na questão financeira, como nas relações afetivas. Ele planeja ter sua própria família, ter filhos, e principalmente não quer que o filho passe o que ele passou.

“Ah, eu quero morar na minha casa, ter minhas coisas... Tô lutando pra isso. A gente vai ver aí, com os meninos, vê se aluga logo essa casa pra ir morar junto lá. Pq é assim, a gente se apoia muito, um dá força pro outro, não é só quando a gente tá bem não, quando as coisas fica difícil também. Então a gente tá vendo assim, quem é que vai, quanto cada um da gente vai pagar de aluguel... essas coisas. Pq ainda tem as contas né, não é só o aluguel. Aí tu tem que comer, comprar as coisas pra dentro de casa... Pq no inicio não vai ter nada, vai ser difícil, tudo no inicio é difícil, por isso que a gente tá juntando assim só os cara firmeza, que se apoia, pra ir junto. Mas se Deus quiser a gente vai conseguir. E outra que tu não vai poder ficar só dependendo dos amigos, e se um dia eles quiser ir embora? Ter família, sei lá. Vai ter um dia que tu também vai querer ter a tua família, então tu tem que estar preparado, lutar pra ter tuas coisas.” (Piatã)

As observações de campo apontam que, se por um lado, o processo de desligamento tem relação com ações que permitam orientar o jovem em direção ao seu futuro, por outro, essas ações também dependem muito do passado e da história de relação desse jovem com o abrigo. Com certeza, o empenho na construção de redes sociais fora do abrigo, extremamente necessária quando o adolescente deixar a instituição, resultar em uma maior ou menor efetividade vai depender da capacidade do abrigo de trabalhar esse processo. Contudo, o resultado desse empenho também dependerá da capacidade da instituição de ajudar o adolescente a, cotidianamente, construir o sentimento de confiança, autonomia e pertencimento a um grupo mais amplo do que o próprio abrigo, qualidades raras nos atendimentos institucionais voltados para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade (COSTA, PEIXOTO et al., 2010).

Quanto às expectativas de futuro dos profissionais em relação aos meninos, suas falas concentram-se no que deveriam fazer para promover expectativas positivas, falam em termos ideais do que deveria ser feito mas na realidade reconhecem que não apresentam

comportamentos que evidenciem atitudes concretas nesta direção. Como as expectativas de futuro aparecem como um processo de continuidade de um trabalho que deveria ser realizado durante o acolhimento do adolescente, e este trabalho não é efetivamente realizado, essa continuidade não se projeta no futuro. E o que aparecem são expectativas muito baixas, muito pobres e estigmatizadas.

Quando questionados sobre o assunto, alguns profissionais parecem atrelar o futuro deles apenas às poucas estratégias oferecidas pelo microssistema e não reconhecem a importância da sua implicação e da sua contribuição no processo. Sua contribuição parece se resumir a aconselhamentos e orientações muito vagas e ambivalentes.

“A gente tenta dar uma orientação familiar – olha você tem que estudar, porque se não estudar você não vai conseguir um bom emprego, olha tem que trabalhar para ser alguém na vida, pra ganhar dinheiro, pra comprar tuas coisas.” (P1)

Enquanto a orientação se resume ao estudo, nem mesmo este é assegurado a todos os meninos, já que muitos não estavam frequentando a escola, por diversas razões, e suas atividades se restringiam apenas as recreativas e esportivas. Alguns profissionais não conseguem ter qualquer expectativa para esses meninos, nem mesmo negativas. O que demonstra um total esvaziamento de sentido esse momento tão importante de transição para os adolescentes, como a exemplo da seguinte fala:

“É né, tem uns que vão ficando mesmo, se a gente não corta isso...” (P3)

Isso compromete imensamente suas ações no sentido de promover vivências de um processo de certo modo bem sucedido, destacando essas ações junto à organização cotidiana da vida daqueles sujeitos. Pensar esses aspectos significa, do ponto de vista do abrigo, assumir de fato a função que lhe atribui a lei, quer seja, caracterizar-se como um espaço provisório e excepcional, com objetivo de transição para o retorno à família biológica ou a colocação em família substituta. Significa fazer dessas características o norteador de todo o trabalho, pensando a saída desde o momento da chegada do menino, deixando de ser um momento e passando a ser pensada como um argumento, um eixo que atravessa todas as ações junto aos adolescentes. Costa e Assis (2006), ao se referirem a Projeto de Vida como

processo protetivo a adolescentes vulneráveis, argumentam que o adolescente necessita ser orientado e encorajado a formulação de um projeto de felicidade, que é, numa dimensão histórico-social, derivado das interações.

4.4 De dentro pra fora/de fora pra dentro: relação entre micro e mesossistemas

Desse modo, as implicações do micro e mesossistema, na construção dos sentidos do processo de saída do adolescente da instituição devem ser pensadas no sentido, de que existe um abrigo relacional que possibilita os meninos a se organizarem, se preparem para um futuro, estabelecerem vínculos saudáveis, se sentirem protegidos e seguros. Mas também há outro abrigo que expulsa, que limita as oportunidades, que estigmatiza e exclui esses meninos em diversas situações. Isso acontece por várias razões: falta de equipe, contato com a família, cursos com exigências inadequadas ao perfil dos meninos em regime de acolhimento, como idade, escolaridade. Diante disso, destaca-se a importância de que as instituições tenham projetos e programas de acompanhamento sistematizados e avaliados frequentemente, afim de evitar ações emergenciais, focalizadas e fragmentadas, que têm como consequência ações restritas ao momento de deixar a instituição e com pouca contribuição para o enfrentamento da complexidade e da abrangência dos desafios que esse momento impõe ao jovem. Nessas condições, o processo de deixar o abrigo é fomentado não pela propalada preparação gradual, mas, fundamentalmente, pelas contingências do momento.

A saída, quando não assumida como eixo do trabalho e, portanto, como parte do programa individualizado de todos os adolescentes, corre o risco de constituir-se em torno a processos produtores de desigualdade. Visto que o desligamento de cada um é motivado por fatores muito particulares e deve-se às contingências vivenciadas naquele momento. Há que se respeitar diferenças individuais sem, contudo, deixar de articulá-las às necessidades coletivas dos adolescentes, dentre elas, a de terem seus direitos igualmente respeitados.

As relações entre o microsistema abrigo e os demais surgem através de sentidos bastante distintos onde, por um lado, evidencia-se uma espécie de desejo de zelar pelo jovem, postergando ou não incentivando sua saída. Por outro lado, é postulada uma relação entre o jovem e seu microsistema abrigo ampliando o acompanhamento da instituição ao jovem, mesmo após sua saída. Esta idéia revela um positivo sentido de participação social no complexo processo de transição ecológica. Por último, um sentido apontado delega a outras instituições quaisquer do Estado, a responsabilidade de assistir e acompanhar os

egressos em sua necessidade, revelando ausência de compromisso com o vínculo que os jovens constroem em seu microsistema abrigo. Observou-se na permanência no campo que mesmo os egressos buscam estar presentes na instituição ou que procuram estabelecer residência nas adjacências, como que construindo eles mesmos uma “ponte” entre os sistemas ecológicos que integram seu processo desenvolvimental.

Ter o direito a um desligamento bem conduzido, em certa medida, é algo que precisa se efetivar plenamente. Essa realidade em vez de ser ocultada, necessita ser compreendida num contexto mais amplo. Nesse sentido, o ECA tem uma grande função prática, que é emprestar força às reivindicações dos meninos como de escolarização e participação em outros espaços, como o de trabalho, e lazer. As proposições do ECA de que o abrigo tenha um caráter provisório e de que haja um programa gradual de desligamento, iluminadas pela realidade dos dois adolescentes investigados, nos forçam à reflexão sobre a qualidade dessas instituições e a necessidade de que se criem mecanismos de supervisão, fiscalização e acompanhamento das atividades e programas dos abrigos. Como o acolhimento vem como alternativa quando todas as prerrogativas do ECA já falharam, é ainda imprescindível que, no momento de desligamento, haja projetos de repúblicas que busquem o engajamento do jovem com seu próprio futuro e abram campos de discussões e reflexões com os adolescentes. Espaços que sirvam para que os jovens elaborem, criem e pratiquem novos sentidos sobre sua saída e sobre essa etapa em suas trajetórias. Espaços que reconheçam que o desligamento do abrigo é algo inclusive desejado por esses jovens, como um meio para a conquista de maior liberdade e continuidade de desenvolvimento.

Os dois casos de desligamentos que constituíram a base do presente estudo nos fazem ver que as trajetórias de vida desses adolescentes são marcadas pela características de complexidade e multiplicidade das significações que esses sujeitos e seus contextos constroem. Nos dois casos, apesar de bastante diferentes, tensões e sofrimentos de algum modo foram mencionados, seja pela dificuldade própria de enfrentar a transição em suas vidas, seja na relação com a família biológica ou na falta dela, nas novas relações que irá estabelecer. Contudo, na visão de sujeito dialético de Vigotsky (1984), esses mesmos casos ainda nos indicam que há também resistência nestes jovens e capacidade de se adaptarem à sua nova condição de vida.

CONCLUSÕES

O estudo empreendido produziu resultados que oportunizam importantes reflexões acerca das instituições destinadas a aplicação de uma importante Medida de Proteção prevista no ECA, necessária como suporte à vida material, social e afetiva de muitas crianças e adolescentes no nosso país. Os resultados obtidos apontam para a existência mínima de dois núcleos de significação que abarcam os sentidos referentes ao processo de saída do abrigo. Um núcleo – positivo -, organiza sentidos que colocam a saída como uma nova e favorável etapa de aquisição de novas experiências, desenvolvimentos e ampliação de recursos. Alguns sentidos relacionados à preocupação com a segurança são colocados, porém sem se interpor ao valor positivo que a saída representa. Um segundo núcleo – negativo -, agrega sentidos referentes a sofrimento, punição, devolução, perda, insegurança. Este segundo agrupamento revelou certo predomínio não apenas em termos de sujeitos que se manifestaram nesta perspectiva, mas também em termos de argumentos que justifiquem o temor pelo momento da saída.

As expectativas de futuro parecem vincular-se aos mesmo núcleos de significação: se relacionadas aos sentidos positivos, as expectativas são também positivas, além de mais elaboradas e fundamentadas e dados mais consistentes de experiências e recursos. Se negativas, mostram-se pouco elaboradas ou inexistentes, promovendo grande dúvida quanto à possibilidade de trajetórias felizes, autônomas e produtivas.

As relações entre micro e mesossistema em torno do momento da saída dos adolescentes mostraram-se frágeis ou inexistentes, a exemplo do contato institucional com as famílias ou outras instituições que pudessem dar continuidade ao sentido de apoio. Esta fragilidade parece justificar a pouca crença de que a saída do jovem constitua um passo positivo em sua trajetória de vida.

Foi possível alcançar os objetivos propostos no estudo trazendo aspectos relevantes para a temática. A partir de todas estas questões levantadas, torna-se importante tecer considerações referente às dificuldades e inadequações apontadas no abrigo em que foi realizado o presente estudo, pois verifica-se que essa não é uma realidade apenas local, específica desta instituição. Ao contrário, ela representa a grande maioria das instituições de *cuidado* no nosso país, porque é uma realidade local e ao mesmo tempo sócio-histórica.

Estas inadequações podem ser vistas, simultaneamente, por dois prismas. Enquanto de um lado há uma forte herança histórica que caracterizou o atendimento às crianças e adolescentes pobres no país, com a ideologia de institucionalizar para proteger ou corrigir, o

que reflete ainda hoje no cotidiano das práticas em instituições. Por outro lado existem discussões e avanços no entendimento dos direitos da infância e adolescência promovidos a partir do ECA. Apesar disso, estes sujeitos continuam a percorrer trajetórias muitas vezes perversas durante e após o período de institucionalização. Após sua entrada a saída vai ficando cada vez mais difícil, demorada e burocrática, uma vez que, conforme observamos, uma série de medidas protetivas deixam de ser cumpridas durante esse processo.

Estes *buracos* na rede de apoio encontram-se nos mais variados âmbitos de atuação: no Estado, quando este deixa de exercer seu papel mantenedor através das políticas públicas básicas; nos Conselhos Tutelares e órgãos municipais fiscalizadores, quando estes deixam de gerir seu trabalho de fiscalização e atuação junto aos abrigos; e finalmente nos Abrigos, que muitas vezes, como no caso da instituição pesquisada, permanecem completamente alheios às discussões mais recentes e às práticas sobre direitos da infância e adolescência.

Além disso, destaca-se o lugar de ambiguidade ocupado por esta população, lugar de permanência / provisoriedade. Sendo a instituição programada para receber provisoriamente os adolescentes em situação de risco, não há uma instituição pensada para os adolescentes que lá permanecem, ou para aqueles que não têm possibilidade de voltar para a família de origem nem terão a chance de uma família substituta. Nem mesmo são pensadas outras possibilidades para além dessas.

Assim, novamente é importante ressaltar que os dados aqui explicitados não tiveram em nenhum momento o propósito de criticar ou avaliar as práticas do abrigo em questão, mas sim apontar suas dificuldades para então entendê-las como reflexão de práticas locais e históricas que muitas vezes não são repensadas por serem entendidas como naturalizadas. Convivem então os antagonismos, os avanços e retrocessos, as práticas protetivas e violadoras de direitos, caracterizando o processo dialético e sócio-histórico humano.

Acreditamos, assim que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para a promoção de outros campos de discussão e reflexão tanto no espaço científico-acadêmico, como nos espaços coletivos (abrigos, conselhos de direito, escolas, etc.) num movimento de ações conjuntas para se pensar formas de garantir esses direitos destes jovens que saem de abrigos após tantos anos. Creio que a participação de familiares produzindo falas acerca deste momento teria enriquecido ainda mais a análise. Essa falta, contudo, expressa já parte da fragilidade que os microssistemas mais relevantes dos jovens – família e abrigo – apresentam. Além de tudo, acredito ter ampliado as opções de pensamento e formas de impedir que mais adolescentes vivenciem as dificuldades pelas quais passaram Piatã e Sami, adolescentes guerreiros os quais tive o prazer de conhecer ao longo desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIANI, A. G. P.; ROSA, E. Z. *Psicologia Sócio-Histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica*. IN: KAHHALE, E. M. P. (org). *A diversidade da Psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, W. M. J. *A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico*. IN: BOCK, A.M.B., GONÇALVES, M.G.M. & FURTADO, O. (Orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ ; OZELLA, S. *Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos*. *Psicologia Ciencia e Profissão*, jun. 2006, vol.26, no.2, p.222-245.

ARIÉS, P. *História Social da criança e da família*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

ALTOÉ, S. Internato de menores: Educar para (de)formar? *Fórum Educacional*, 14, 50-76, 1990.

ALTOÉ, S. Do internato à prisão: Quem são os presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente? Em: Rizzini (Ed.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

ANDRÉ, Marli E.D.A. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Liberlivro: Brasília, 2005.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia?. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000200012&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 08 Fev. 2010.

AROLA, R. L. . *Casa Não é Lar. O Abrigo como Contexto de Desenvolvimento Psicológico*. São Paulo SP: Editora Salesiana, 2000.

ARPINI, D. M. Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21 (3), 70-75, 2003.

ASSIS, S.G.; COSTA, C.R.B.S.F. *Atenção ao adolescente em conflito com a lei. Perspectivas de avanços em Direitos Humanos e Saúde*. Saúde e Direitos Humanos, Ano 1, n. 1, 69-78. Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz. Brasília/ Rio de Janeiro, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa e com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOCK, A.M.B. & GONÇALVES, M.G.M. Subjetividade: O sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. Em: González Rey (org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. Thompson Pioneira: São Paulo, 2005.

BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M. & FURTADO, O. *Psicologia Sócio Histórica -*

- Uma perspectiva crítica em psicologia*. 4a Ed. Revisada. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Lei no 8069 do Diário Oficial da União, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, DF, 1990.
- BRITO, R. & KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em: A. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- BRONFENBRENNER, U. *Ecology of the family as a context for human development*. *Developmental Psychology*, 6, 1986.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979).
- CARVALHO, A.M. Crianças institucionalizadas e desenvolvimento humano: possibilidades e desafios. In: LORDELO, E.R., CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S. (orgs.) *Infância Brasileira e Contextos de desenvolvimento*. Casa do Psicólogo / EDUFBA: São Paulo/Salvador, 2002.
- CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; CNAS, CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, maio de 2006.
- COSTA, C.R.B.S.F. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto sócio-educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, Rj, Ano 5, N. 2, 2º Semestre, 2005.
- COSTA, C.R.B.S.F.; ASSIS, S. G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, Dec. 2006.
- COSTA, C.R.B.S.F.C; PEIXOTO, L.A.; TAVARES, E.S.; OLIVEIRA, H.S.G.; ALMEIDA, A.P.C; *Análise Diagnóstica de Serviços de Atenção a Adolescentes em Situação de risco na cidade de Manaus*. Relatório de Pesquisa. UFAM/CNPq, 2010.
- CECCONELLO, A. M. & KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524, 2003.
- CRUZ, L. R. *(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2006.
- DELL'AGLIO, D. D. *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2000.
- FREITAS, M. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Ude (Orgs.), *Políticas públicas* (pp.59-86). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- FURTADO, O. *O psiquismo e a subjetividade social*. IN: BOCK, A.M.B., GONÇALVES, M.G.M. & FURTADO, O. (Orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GOFFMAN, E. *Instituições Totais*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. Em *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, pp. 207-219. Nov. 2005.
- GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa em psicologia. Caminhos e desafios*. Thompson Pioneira: São Paulo, 2002.
- _____. *Sujeito e subjetividade*. Thompson Pioneira: São Paulo, 2003.
- HUTZ, C., KOLLER, S. H., & BANDEIRA, D. *Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia*, 1 (12), 79-86, 1996.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02-07-2009.
- KOLLER, S. H. *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (2a. ed.) São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M.C.(org.) *História social da infância no Brasil*. (pp. 17-50). São Paulo: Cortez, 1997.
- MACHADO, Marília Novais da Mata. *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
- MARCÍLIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. Em: FREITAS, M.C. (Org.), *História social da infância no Brasil* (pp.51-76). São Paulo: Cortez, 1997.
- MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- MORAIS, N. A. & KOLLER, S. H. Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. Em: S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- NEIVA-SILVA, L. & KOLLER, S.H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LORDELO, E.R., CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S. (orgs.) *Infância Brasileira e Contextos de desenvolvimento*. Casa do Psicólogo / EDUFBA: São Paulo/ Salvador, 2002.

- OZELLA, S. *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-istórica*. São Paulo: Cortez, 2003
- PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. Em M. Del Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (pp.247- 375). São Paulo: Contexto, 1999.
- RIZZINI, I. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.
- RIZZINI, I. & RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.
- RIZZINI, I. & PILOTTI, F. *A arte de governar crianças – História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência no Brasil*. Rio de Janeiro: AMAIS, 1995.
- SANTANA, J. P. *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a08v16n2.pdf> > Acesso: 15 set. 2009.
- SILVA, R. da. *Os filhos do governo*. São Paulo: Ática, 1997.
- SILVA, E. R. *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2009.
- SIQUEIRA, A. C. & DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. Em: *Psicologia e Sociedade* 18: 71-80, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>> Acesso: 20 dez. 2009.
- TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Rev. Bras. Hist.* vol.19 n.37 São Paulo: Sept. 1999.
- VENÂNCIO, R.P. *Famílias abandonadas*. Campinas: Papirus, 1999.
- VICENTE, C. M. *Abrigos: desafios e perspectivas*. Disponível em: <http://www.cecif.org.br/abrigos_desafios.htm>. Acesso em: dez. 2009.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WEBER, L. N. & KOSSOBUDSKI, L. H. M. *Filhos da solidão*. Curitiba: Sec. de Cultura do Estado do Paraná, 1996.
- YUNES, M. A., MIRANDA, A. T., CUELLO, S. S., & ADORNO, R. S. A história das instituições de abrigo às crianças e concepções de desenvolvimento infantil [Resumo]. Em: *Sociedade Brasileira de Psicologia*. Resumos de comunicações científicas, XXXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. Florianópolis: SBP, 2000.
- YUNES, M. A., MIRANDA, A. T., & CUELLO, S. S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. Em: S. H. Koller. *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ANEXO I

Roteiro de Observação

Relação adolescente/profissionais

- Como se constituem as relações entre os adolescentes e os monitores/cuidadores da instituição.
- Como se constituem as relações entre adolescentes e a direção da instituição. (Descrever os aspectos observados, relação de poder, vínculos afetivos).

Relação adolescentes/adolescentes

- Como se constituem as relações entre os adolescentes e os demais adolescente.

Relação adolescente/família

- Configuração atual da participação da família na instituição.
- Existe contato com os pais/familiares que estão “fora” da instituição?
- Se sim, como acontece o contato (pessoalmente/telefone)?
- Com que frequência?

Rede de apoio

- Buscar entender o funcionamento das redes de apoio social e afetivo (função, estrutura que oferecem, tipo de apoio, relações de poder).
- Observar as relações a partir das regras/limites estabelecidos, perspectiva de futuro relativo à sua profissionalização, desenvolvimento da autonomia, protagonismo.

ANEXO II

Roteiro 1: Entrevista com Adolescentes

1. Gostaria que você falasse um pouco do seu dia-a-dia aqui na instituição (rotina, afazeres, preferências, etc.)
2. Fale um pouco das coisas que você gosta de fazer fora da instituição.
3. Das pessoas que convivem com você, quais você considera mais importante? Como elas fazem parte da sua vida?
4. Em relação às outras pessoas que você não mencionou, como é a participação deles em sua vida?
5. Para você como é morar numa instituição?
6. Para você como seria morar fora de uma instituição? (deixar o adolescente falar livremente sobre outras possibilidades de moradia, se com família, se com amigos, se em situação de rua, etc.)
7. Existe alguma dificuldade que faça parte da sua vida atualmente? Como você as resolve?
8. O que lhe vêm à cabeça quando você pensa em sair da instituição?
9. Como você imagina que será sua vida depois que sair da instituição?
10. Você acredita que vai encontrar algum tipo de dificuldade quando sair daqui? O que acredita ser necessário para resolver/superar?
11. Você acredita que vai encontrar coisas que facilitem sua vida quando sair daqui? O que você acha que facilita a vida de um jovem que sai de um abrigo?
12. Com quem (ou o que) você mais acredita poder contar no momento em que sair daqui? E com quem (ou o que) acredita não poder contar? (quem o adolescente acredita ser as pessoas/instituições mais importantes em sua saída e quem (ou o que) seria menos relevante)
13. O que considera mais importante “levar” para a sua vida quando sair daqui? E o que considera ser importante mas acredita não ter vivenciado ou aprendido ainda?
14. Você gostaria de falar um pouco sobre seus planos para o futuro? (como o adolescente imagina a vida dele daqui a alguns anos, suas expectativas de futuro)
15. Caso exista algo que você gostaria de falar sobre seu projeto de vida quando sair daqui e que nós não falamos, pode falar agora.

ANEXO III

Roteiro 2: Entrevista com Membro da Equipe Técnica

1. Como você percebe o adolescente/jovem que vem para a instituição?
2. Como é o relacionamento do adolescente com as demais pessoas da instituição? (técnicos, monitores, direção, outros adolescentes).
3. Na sua opinião, qual a implicação da família do participante na vida dele durante o período de abrigo e após sua saída da instituição?
4. Como você percebe o momento de desligamento do adolescente com a instituição?
5. O que você acha que esse momento representa para o adolescente?
6. Com que dificuldades você acha que ele vai se deparar nesse momento?
7. De que forma você acredita que ele poderá superar estas dificuldades? Quem você acha que poderá ajudá-lo, a quais instâncias acha que ele poderá recorrer?
8. Como você vê o adolescente depois que sair da instituição?
9. Caso exista algo que você gostaria de falar sobre o momento da saída dos adolescentes da instituição e que nós não falamos, pode falar agora.

ANEXO IV

Roteiro 3: Entrevista com Gestor da Instituição

1. Como você percebe o adolescente/jovem que vem para a instituição?
2. Como você vê o momento de desligamento do adolescente com a instituição?
3. O que você acredita ser necessário para que um adolescente/jovem desenvolva uma trajetória positiva a partir de sua saída da instituição?
4. Qual a importância atribuída aos vínculos formados entre adolescente e demais pessoas da instituição? (outros jovens / profissionais)
5. Com relação a rede de apoio ao adolescente, como você a percebe?
6. Com relação aos adolescentes que preservam os vínculos com a família de origem, como você percebe a implicação da mesma no processo de saída do jovem da instituição?
7. Em relação aos jovens que se desligam devido o alcance da maioridade, qual a expectativa de futuro que você vê para os mesmos?
8. Caso exista algo que você gostaria de falar sobre o momento da saída dos adolescentes da instituição e que nós não falamos, pode falar agora.



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O presente documento visa solicitar sua participação na pesquisa promovida pela **Faculdade de Psicologia da UFAM** sob a responsabilidade da psicóloga e pesquisadora Luciana Alencar Peixoto, que tem por objetivo “conhecer os sentidos atribuídos ao processo de saída dos adolescentes de uma instituição de acolhimento na cidade de Manaus”. Tal estudo prevê a participação de adolescentes, dos responsáveis legais dos mesmos e membros da equipe técnica da instituição, a fim de acompanhar o processo e compreender as implicações deste no desligamento do adolescente.

As entrevistas serão gravadas e a duração das mesmas será em torno de uma hora. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, não sendo revelada para a diretoria da instituição ou qualquer um de seus membros, respeitando-se as normas éticas quanto à utilização do material.

Por intermédio deste Termo lhes são garantidos os seguintes direitos:

1. solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa;
2. sigilo absoluto sobre seus nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar a uma identificação pessoal;
3. a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social;
4. a opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendida;
5. desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa;
6. não terá nenhum gasto financeiro, bem como não haverá qualquer forma de pagamento pela participação na pesquisa.

Acreditamos não haver nenhum prejuízo à sua saúde física ou mental participando da pesquisa, porém, caso seja necessário, lhe está garantido acompanhamento psicológico. Destaco que o estudo proposto contempla todos os requisitos éticos previstos na legislação, razão pela qual manifesto interesse em disponibilizar os dados solicitados como contribuição para o resultado final da Pesquisa.

Enfatizamos que, com sua participação, você estará dando uma grande contribuição, pois acreditamos que com os conhecimentos adquiridos por esta pesquisa, você estará ajudando na compreensão deste tema, e conseqüentemente, ajudando a melhorar os atendimentos pelos profissionais e instituições a outros adolescentes que se encontrem sob as mesmas circunstâncias, além de outros benefícios sociais e científicos. Desta forma, desde já agradecemos sua participação.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa pode ser contactada a qualquer momento para mais esclarecimentos pelo telefone (92) 8423-1232 ou luapeixoto@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, a qual vou guardar.



Assinatura do(a) Participante Voluntário(a)

Impressão Dactiloscópica
(para quem ainda não sabe escrever)

Assinatura da Responsável pela adolescente (caso menor de 18 anos)

Assinatura dos Psicólogos Responsáveis pela Pesquisa:

Luciana Alencar Peixoto

Cláudia Regina Brandão Sampaio F. Costa

Local e Data:

ANEXO VI – Parecer do CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM

**PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 0379.0.115.000-10, intitulado: **"CONSTRUÇÕES DOS SENTIDOS SOBRE O PROCESSO DE SAÍDA DO ADOLESCENTE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO NA CIDADE DE MANAUS"**, tendo como pesquisadora responsável Luciana Alencar Peixoto.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus (EEM) da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 20 de outubro 2010.

Prof.MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM

ANEXO VII - Perfil dos adolescentes que se encontravam na instituição durante a pesquisa

Inicial	Idade	Vínculos anteriores	Motivo do acolhimento	Tempo de permanência	Situação escolar	Atividades que participa	Motivo do desligamento	Vínculo posterior ao desligamento
J.	22	Não possui	Situação de rua	6 anos	Terminou ens. Médio	Trabalha durante o dia todo	Maioridade, condição de auto-sustento	Não possui
D.	21	Não possui	Fuga do lar	4 anos	Terminou ens. médio	Trabalha durante o dia todo	Maioridade, condição de auto-sustento	Visita em datas comemorativas
G.	20	Tia e irmãos	Órfão de pai e mãe, morava com a tia, porém, foi encontrado diversas vezes em situação de rua	6 anos	Cursa 3º. ano ens. médio	Trabalha durante o dia e estuda à noite	Maioridade, condição de auto-sustento	Visita constantemente, em festas, datas comemorativas e finais de semana
R.	17	Mãe, irmãos e padrasto	Fuga do lar e desobediência	1 ano	Estuda à noite	Capoeira e computação	Reinserção familiar	Faz atividade esportiva e PAAET diariamente
F.	17	Mãe, padrasto e irmãs, Pai e madrasta	Fuga do lar após maus tratos e violência física por parte do pai, conflito também com o padrasto	2 anos 8 meses	Não estuda, parou na 4ª. Série fundam.	X	Brigas constantes na instituição e na escola, da qual foi expulso	Mantém contato com os meninos e estava dormindo escondido nos fundos do galpão desativado
M.	17	Pai e irmão (morou com ele no abrigo)	Órfão de mãe, foi morar com pai alcoólatra e sofreu maus tratos	7 anos	Cursa EJA (à noite)	Estágio do PAAET e computação	Articulou-se com os demais para ir morar juntos, o pai assinou a saída	Visita constantemente, em festas, datas comemorativas e finais de semana
D.	17	Pai e Mãe	Uso de drogas, a família não o aceita por estar jurado de morte pelos traficantes da área	6 meses	Não estuda	X	Permanece	
A.	16	Mãe	Conflito com padrasto, tentativa de matar a mãe, pai alcoólatra e não mora na cidade	2 anos e 6 meses	Cursa EJA (à noite)	X	Permanece	
M.	16	Tio	Pai desconhecido, abandono e maus tratos da família após falecimento da mãe	3 anos	Cursa EJA (à tarde)	Capoeira e Jiu-jitsu	Permanece	
G.	16	Desconhecido	Situação de rua	2 meses	Não estuda	X	Fuga	Não possui
F.	16	Família substituta que o acolheu quando estava em outra	Pai e mãe desconhecidos, apesar de não ter nenhum comprometimento neurológico, foi	4 anos	Cursa EJA (à	X	Permanece	

		instituição quando criança	abandonado ainda bebê no abrigo para crianças com necessidades especiais		noite)			
E.	15	Após falecimento dos pais foi criado pela irmã mais velha	Fuga do lar	3 anos	Vai à escola como ouvinte, não possui documentos	X	Reinserção familiar	Não possui
L.	15	Tia	Pai e mãe falecidos, sofreu abuso sexual pela tia e cometeu ato infracional contra mesma	4 meses	Não estuda	X	Permanece	
B.	15	Não possui	Abandono ainda bebê no abrigo para crianças com necessidades especiais, pai e mãe desconhecidos	3 anos	Cursa 4ª. Série (de manhã)	X	Permanece	
E.	14	Pai	Mãe falecida, foi morar com pai por quem sofreu violência sexual	2 anos	Cursa 7ª. Serie (à tarde)	Computação	Permanece	
L.	12	Avó	Pai desconhecido, mãe usuária de drogas o abandonou na rua	2 anos e 6 meses	Não estuda, não possui documentos	X	Permanece	
L.	11	Desconhecido	Abandono, situação de rua	Não permanece mais que 1 mês	Não estuda	X	Fuga	Retorna às vezes, para se alimentar, ou quando está doente